

CURSO I REPÚBLICA E REPUBLICANISMO
MARIA CÂNDIDA PROENÇA E LUÍS FARINHA

MARÇO DE 2009

REPÚBLICA E REPUBLICANISMO

República e Republicanismo - A Ideia e os símbolos

Um século depois do 5 de Outubro e mais de oito décadas após a sua queda, a Primeira República é ainda hoje memorada pela revolução política que lhe deu origem e pelas vicissitudes de um regime instável que, de solução, se tornou ele próprio, com o decorrer do tempo, num problema a resolver. Contudo, a República e o Republicanismo foram, antes de regime, um movimento cultural regenerador que, para além da mudança do sistema monárquico, pugnavam pela democratização da sociedade portuguesa, pela laicização das instituições e das consciências e pela modernização económica e social do país. Constituiu-se como movimento em meados do século XIX, depois do afloramento revolucionário de 1848, instituiu-se como partido com a finalidade de disputar o poder político a partir da década de 80, faliu o golpe revolucionário em 31 de Janeiro de 1891, reforçou o seu compromisso histórico interclassista no modo ordeiro como disputou as eleições parlamentares e municipais e, sustentado por um bloco histórico vasto e diversificado, preparou a transição revolucionária de 1910 a partir do Congresso de Setúbal do ano anterior.

A crise política e financeira de finais de século XIX, o arcaísmo sócio-económico e cultural do país e a sua dependência externa encarregaram o Partido Republicano (as classes médias urbanas, as suas elites civis e militares e as aristocracias operárias) de resgatar Portugal do "atraso histórico" que todos diagnosticavam e do declínio "inevitável", caso não fosse invertido o rumo dos acontecimentos nefastos que se iniciaram com o Ultimato de 1890.



Primeira República Portuguesa. 5 de Outubro.

Uma criança, representando a jovem República, de barrete frígio e empunhando a espada da justiça. Em seu redor, dentro de medalhões, representações das principais figuras republicanas. Gravação em folha de metal.



Representação da **vitória republicana** sobre a monarquia e o clero, que jazem sob a aliança da força popular e do braço armado. No topo, em medalhões, estão representados os membros do Governo Provisório: Presidente – Teófilo Braga; Guerra – António Correia Barreto; Marinha – Azevedo Gomes; Finanças – José Relvas; Fomento – António Luís Gomes; Negócios Estrangeiros – Bernardino Machado; Interior – António José de Almeida; Justiça – Afonso Costa.

Para os republicanos históricos da [Geração de 90](#) e também para a nova geração de 1910, intransigente e rebelde, a República era a sua "Dulceia". Com a sua implantação ambicionavam tudo: o início de uma profunda reorganização que deveria modificar de alto a baixo toda a arcaica sociedade portuguesa. Imaginavam irradiar o analfabetismo que impedia a modernização social e conduzia à desmoralização das elites e ambicionavam modernizar o sistema político, pelo combate a todos os messianismos e corrupções clientelares que apontavam ao rotativismo monárquico. As instituições que queriam (escola, exército) e os órgãos de soberania que idealizavam (Parlamento, Municípios, etc.) deviam guiar-se pelos princípios democráticos que orientavam as sociedades modernas, como parecia acontecer na França da [III República](#). Sonhavam com um verdadeiro projecto ultramarino, modernizador e autonomista e pretendiam desenvolver uma política de "independência nacional", sustentada sobre a valorização dos recursos nacionais e africanos. Prometiam resolver, de forma justa, "a condição económica e social das classes humildes" e substituir uma moral católica e provinciana por uma moral secularizada e cosmopolita, sustentada na militância do "político doutrinador", do "militar educador" e do "professor sacerdote".

Perante um país dependente, arcaico, rural e analfabeto, as elites republicanas (de homens de leis, de escritores e jornalistas, de oficiais das forças armadas, de médicos e de professores) incumbiram-se a si próprias de uma "missão histórica": a de "salvar a Pátria" através da República, libertando o país do passado e das suas dependências crónicas.

Se na primeira fase o movimento republicano era essencialmente federalista e democrático, na segunda, depois do Congresso de 1891, o seu projecto é o de galvanizar os portugueses para o "ressurgimento nacional", através de

um projecto interclassista e social-republicano, aliciante para as elites e pequenos possuidores e produtores e capaz de agregar também o operariado, muito eivado pelas ideologias anarquistas e socialistas.

Em finais de 1908, este compromisso histórico firmado em torno da refundação regeneradora da Pátria pela fusão da Nação com a República estava praticamente consolidado. O progresso da Ideia era assinalável: um núcleo de 7 deputados republicanos eleitos em 5 de Abril (onde avultava a figura de Afonso Costa) demolia de forma arrasadora todas as tentativas reformadoras da "Monarquia Nova"; a vitória da lista republicana para a Câmara de Lisboa, em Novembro desse ano, servida por reconhecidas competências técnicas na vereação, credibilizava a futura acção governativa do país pelos republicanos; uma acção de massas explosiva, centrada sobre comícios monumentais e uma vida associativa dos Centros Escolares Republicanos, intensa e proveitosa, juntava milhares de portugueses ao projecto republicano. O movimento reproduzia-se em organização, recrutamento e força: Lisboa era republicana e a revolução seria "matemática e fatal", pensava-se em finais de 1908.



Eleições de 1908. Representação de J. Veloso Salgado, óleo s/Tela, 1913; dims. 3420x2610 mm. Este quadro, hoje existente no Museu da Cidade de Lisboa, representa as eleições para a vereação republicana da Câmara Municipal de Lisboa de 1908, ganhas pelos republicanos. Nas primeiras filas estão representados alguns dos republicanos mais destacados: António José de Almeida, Manuel de Arriaga, Bernardino Machado, Brito Camacho ou Afonso Costa.

De fora deste bloco regenerador ficariam apenas as elites monárquicas e o clero reaccionário, que seria preciso destronar das habituais e ancestrais fórmulas de domínio: social, religioso e político. Sabia-se bem como o recrutamento dos homens para a Ideia republicana havia de fazer-se pela doutrinação e como esta havia de sustentar-se sobre uma nova "religião cívica", assente na "festa cívica", na reconstrução do imaginário colectivo, numa nova gramática simbólica e mesmo numa renovação das fórmulas administrativas.



Postal comemorativo da Revolução de 5 de Outubro de 1910. **Zé Povinho**, travestido de revolucionário: de barrete frígio, empunhando na mão direita uma baioneta ensanguentada e na esquerda a Bandeira Nacional.

A nova unidade nacional, superadora da descrença e anunciadora da esperança, congregou-se em torno dos grandes símbolos nacionais, pelo recurso à História. Heróis, feitos valorosos e datas da independência da nação ressuscitam a verdadeira "raça" portuguesa e alimentam a alma do futuro "homem novo" republicano. A educação cívica e política passou a realizar-se por meio de novos manuais escolares, em festas e cerimónias públicas e em centenas de milhares de [objectos](#) que, pelo uso comum, veiculavam os ideais republicanos. Multiplicaram-se os símbolos da Ideia, materializada na Raça, na Família, na Pátria e na Humanidade. Destes, sempre sobressaíram três: o [Hino Nacional \(A Portuguesa\)](#), a [Bandeira Nacional](#) e a "República" (um busto ou um corpo completo de mulher, de seios desnudados e barrete frígio).

[A Portuguesa](#), elaborada por altura do Ultimato, com letra de [Henrique Lopes de Mendonça](#) e música de [Alfredo Keil](#), mantinha-se proibida desde 1891, altura em que animou a revolta do 31 de Janeiro no Porto, tendo sido adoptada pelo Governo Provisório em 1911 como Hino Nacional. Trata-se de um texto de carácter nacionalista e patriótico, onde estão omissas referências à democracia ou à República, embora tenha sido cantado em reuniões e comícios, a par da [Marselhesa](#) [1], esse sim um hino de honra à

liberdade.

Por seu lado, a bandeira verde-rubra acendeu uma querela que só terminará com a sua adopção, na Festa da Bandeira Nacional, em 1 de Dezembro de 1910, por decisão do Governo Provisório (Decreto de 22/11/1910). Autores como João Medina entroncam a bandeira nas tradições carbonárias e maçónicas que antecederam a implantação da República [2]. Na verdade, as cores verde e rubra e a esfera armilar, preenchida pelas quinas, estão presentes em muitas das bandeiras que guiaram a acção conspirativa e revolucionária de entre 1907 e 1910 [3].

Muito interessante também é o busto da "República" ou a sua representação de corpo inteiro, elaborados nos mais variados materiais, umas vezes de expressão ingénua, outras de forma elaborada, bebendo profunda inspiração em representações como "A Liberdade Guiando o Povo" (1830), de Eugène Delacroix. Reproduzida em escultura, em cartaz, em [selos](#), na [nova moeda](#), em pequena ou em grande dimensão, a "República" é um símbolo de uma riqueza e versatilidade quase infinitas. As alegorias à República são diversíssimas, embora quase sempre na base de uma figura poderosa, com túnica pendida, sandálias romanas, barrete frígio e seios normalmente desnudados. Como uma deusa (ou a Virgem dos católicos) vai transmutando os seus atributos em função dos objectos que carrega consigo: a palma da vitória; a balança da justiça; as rosas da beleza; o leão da força; a espada e a lança da condução dos exércitos; os seios desnudados da liberdade. Símbolo da coragem, da determinação, da decisão, a "República" é bem o melhor ícone da Pátria e da Nação republicana, uma espécie de transmutação do sagrado para a sociedade profana que se pretendia erigir. Com a degradação do regime, a "República" foi adquirindo defeitos nas mãos dos caricaturistas. Figura anafada, passa a motivo de mofa pelos erros e desilusões que acarreta: fina, esperta, impostora ou traidora.



Manuel de Arriaga, primeiro Presidente da República eleito, envolto na Bandeira Nacional e acompanhado de selos da série *Ceres*.

Em cartaz ou postal, também figuras como o "[Zé Povinho](#)" de Rafael Bordalo Pinheiro passam a ser adoptados pela simbólica republicana. Normalmente aplaude ou desconfia, de forma acrítica, a obra republicana. Por vezes é ele o herói, como símbolo do "povo republicano" que acredita piamente na República e por ela se bate, de armas na mão, ao lado do marinheiro e do soldado.

No contexto de uma nova "religião cívica" ganham especial relevo as "festas cívicas", organizadas com uma liturgia própria e que procuravam ganhar o povo para os ideais e o regime republicanos. Realce-se entre todas elas a "festa da árvore", reunindo adultos e crianças em torno do símbolo da vida, da abundância e da prosperidade, por meio do trabalho.

[1] *A Marselhesa*, composta em 1792, em plena Revolução Francesa, antecipou de poucos meses a República. *A Portuguesa*, apesar de ser um hino nacionalista, foi elaborada à semelhança do hino francês, com uma composição musical e uma métrica semelhantes. Pode cantar-se *A Portuguesa* com música da *Marselhesa* e vice-versa. Só por si, esta semelhança diz muito das características complexas do movimento republicano português, suas origens e evolução.

[2] Vide "A Bandeira Republicana" de Pendão Insurrecto a Bandeira Nacional", in *História de Portugal* (Dir. João Medina), "A República", Vol. X, pp. 53-83.

[3] Vide "Bandeira dos navios e regimentos revoltados em 4 e 5 de Outubro", in *A Revolução Portuguesa, Relatório de Machado Santos*, Liberty, Lisboa, 1911.

IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA (1906/1910)

Evolução do ideário republicano

Na sua primeira experiência, em Portugal, o republicanismo surge sem um corpo ideológico próprio, pois mesmo a obra de [Henriques Nogueira](#) que anuncia alguns dos temas mais caros da futura propaganda republicana, é de nítida inspiração socialista. Esta relação unitária com o socialismo passou, contudo, a ser posta em causa a partir da década de 70, a que não foi alheia a experiência da [Comuna](#) em França. Data desta década uma nova estratégia da propaganda republicana que passou a assumir características mais conservadoras, na linha de um [liberalismo democrático](#), mas onde ainda se albergavam tendências diferentes, desde um [republicanismo federal](#) muito próximo do socialismo, até aos positivistas, como [Teófilo Braga](#) que, abandonando os ideais de [reformismo social](#), passaram a enveredar decisivamente por uma política de propaganda que fazia depender da mudança de regime a solução para os diversos males que afligiam a Pátria. Esta nova estratégia passaria a congregar o esforço das hostes republicanas num crescente contínuo que alcançaria os seus pontos mais entusiásticos nos festejos das comemorações do [centenário da morte de Camões](#) e nas grandes manifestações nacionalistas de repúdio pelo [Ultimatum Inglês](#).

A inclusão do republicanismo num liberalismo de carácter democratizante não deixa margem para dúvidas, mas em relação ao positivismo não se pode postular que fosse esta a única corrente de pensamento a influenciar a elite intelectual republicana, pois, apesar da nítida influência da obra de [Comte](#) e, posteriormente, de [Littré](#) entre a maioria dos grandes vultos do republicanismo português, não se pode negar que também existiam outras tendências. Veja-se o exemplo de [Sampaio Bruno](#), reconhecidamente anti-positivista e cujo ardor republicano não deixa margens para dúvidas. O positivismo republicano, como o positivismo português em geral, não revestiu carácter dogmático. Adoptando uma posição mais heterodoxa, reteve da obra comtiana a "teoria dos três estados" e a crença na necessidade imperiosa do advento do estado positivo, mas ao recusar as teses místicas do fundador não sistematizou propostas tendentes a institucionalizar uma "religião da humanidade". O positivismo em Portugal caracterizou-se fundamentalmente pelo seu cientismo e pela crença na evolução e no progresso.



Lutas nas ruas de Paris durante a revolução da Comuna.
(Arquivo McCormick Library)

monarquia a conduzir.



Nesta caricatura, Camões, de barrete frígio, (símbolo da República), «agradece a D. Luís e a José Luciano de Castro, ministro do Reino, por não terem participado nas comemorações do centenário da sua morte, permitindo o aproveitamento republicano do acontecimento. (O António Maria, 17 de Junho de 1880)

[Basílio Teles](#), um dos grandes ideólogos republicanos, afirmava que "todas as energias e valores sociais figuravam no partido" e, na verdade poderiam encontrar-se defensores do republicanismo em diversos estratos sociais, desde grandes proprietários como [Henriques Nogueira](#) e [José Relvas](#), a professores universitários como era o caso de [José Falcão](#), [Teófilo Braga](#) e [Duarte Leite](#) entre outros, ou a pequenos comerciantes e industriais. Se analisarmos as categorias socioprofissionais dos principais activistas republicanos encontraremos: médicos, professores, profissões liberais, industriais, comerciantes e um número assinalável de farmacêuticos, em suma, uma grande percentagem de profissões para cujo desempenho era necessário possuir um curso superior, o que permite afirmar que o republicanismo recrutaria as suas hostes entre uma elite intelectual que pensava o futuro da Pátria na busca da regeneração capaz de inverter a situação de decadência a que a

No binómio [decadência/regeneração](#) surgiu e se consolidou ao longo do século XIX o pensamento republicano tornando-se esta dicotomia um dos principais vectores da sua cultura política. A elaboração e divulgação da tese da dependência externa face à Grã-Bretanha tornou-se outro dos esteios políticos do republicanismo que não se cansava de vituperar a velha aliança e a posição da nossa aliada preferencial em diversas ocorrências, desde a independência do Brasil ao [Ultimatum](#).

O combate ao [rotativismo monárquico](#) e a defesa do [sufrágio universal](#) constituíam também pontos altos da propaganda republicana que, na década de 90, tinha abandonado as teses federativas que perfilhara de início para adoptar um empolgado discurso nacionalista e colonialista. Neste aspecto a República foi ainda mais longe do que a monarquia que acusava de inércia e descuido face ao Império Ultramarino.

Um outro aspecto relevante do pensamento republicano é o seu reconhecido [anticlericalismo](#), característica muitas vezes associada à filiação maçónica de muitos dos membros do P.R.P.



Caricatura alusiva ao *Ultimatum*. John Bull, representando a Inglaterra, faz fogo sobre o velhinho Portugal e o rei D. Carlos.
(*A Paródia*, 5 de Fevereiro de 1891)

A difusão do republicanismo

Após um amadurecimento caldeado nas realidades políticas e sociais do país, as principais componentes ideológicas do Partido Republicano viriam a concretizar-se no [Manifesto ou Programa de 1891](#), elaborado pouco antes do [31 de Janeiro](#), que persistiria até à proclamação da República. O progressivo pragmatismo dos republicanos e o seu acentuado nacionalismo contribuíam para que, para a maioria dos seus simpatizantes, ser republicano fosse ser contra a Monarquia, contra a Igreja e os jesuítas, e contra a corrupção política dos partidos tradicionais.

O facto de o PRP colocar acima de qualquer outra questão o derrube da Monarquia não queria dizer que o partido não se preocupasse com a difusão dos seus ideais. Para a propaganda das suas doutrinas foram criadas inúmeras [agremiações](#) que, por todo o país contribuíram para a difusão do republicanismo. A estratégia de propaganda do PRP não se limitou a esta acção divulgadora. Frequentemente o partido organizava grandiosas manifestações populares, comícios, festas, marchas de protesto, que, não raro, eram severamente reprimidas pelas forças da ordem, com prisão dos mais activos dirigentes. Apesar da repressão a propaganda republicana ia alastrando, principalmente nos centros urbanos, o que não deixava de ser motivo de preocupação para os governos monárquicos.



Gravura alusiva à proclamação da República na Câmara Municipal do Porto, em 31 de Janeiro de 1891.

(Foto: Arquivo Círculo de Leitores)



A Monarquia tentando varrer os republicanos que a vão atacando como moscas furiosas deixando os seus "micróbios".
(A Paródia, 5 de Fevereiro de 1891)

O [percurso eleitoral](#) do Partido Republicano foi, desde 1878, de difícil e fraca expressão, devido não só às características da [legislação eleitoral](#), como às ilegalidades que se verificavam durante as campanhas e no decurso dos escrutínios. Como protesto pelas limitações impostas pela legislação o PRP não concorreu às eleições de 1895 e 1897. Os republicanos que, na maioria das vezes concorriam com candidaturas próprias, chegaram a fazer algumas alianças, como aconteceu, em 1890, com alguns sectores monárquicos progressistas e, em 1900 e 1901, com os socialistas, formando a denominada *Concentração Democrática*. De qualquer modo, as esperanças de que o partido pudesse vir a ascender ao poder por via eleitoral eram praticamente nulas e as tendências discordantes que se tinham manifestado no [Congresso de 1891](#) e que separaram os republicanos do Norte e do

Sul no movimento de 31 de Janeiro, continuavam a dividi-los.

Os primeiros, fiéis à tradição do movimento vencido, tinham a consciência de que a natureza do regime monárquico só lhes permitiria ascender ao poder pela via revolucionária. No Sul, pelo contrário, era maioritária uma linha mais moderada que manifestava tendência para aglutinar os elementos monárquicos fiéis aos princípios do liberalismo tradicional, com os quais pretendia, em momentos de crise, formar alianças que sempre se tinham mostrado inoperantes. Os republicanos da zona norte, embora reconhecessem a impossibilidade de pôr em prática, de imediato, qualquer solução revolucionária, opunham-se às coligações empreendidas até então, e preferiam optar pela abstenção a intentar qualquer tipo de colaboração com outras forças políticas.

Com a subida de [João Franco](#) ao poder a acção repressiva da ditadura viria a provocar uma mudança na definição da estratégia do PRP onde gradualmente a linha que defendia a acção revolucionária foi ganhando terreno perante a linha mais moderada. Esta modificação levou os republicanos a procurarem a aliança com outras forças. Entre as organizações que se juntaram ao PRP para levar a efeito o derrube da Monarquia pela luta armada, destacaram-se a [Carbonária](#), entre os civis, e a Corporação dos Sargentos, entre os militares.

Com a agitação política e a repressão que se verificou ao longo de todo o ano de 1907, intensificou-se a campanha do Partido Republicano cuja propaganda revestia aspectos de extrema violência, como aconteceu na [visita de João Franco ao Porto](#), onde as impressionantes manifestações de hostilidade deram origem a recontros entre o povo e a polícia, de que resultaram numerosas vítimas e um considerável número de prisões, ocorridas em consequência das agitadas manifestações de desgosto com que o ditador foi recebido à sua chegada a Lisboa.



Afonso Costa encostado a um enorme barrete frígio observa a Monarquia que se vai esboroando.
(Caricatura de Alfredo Cândido, 1906. Bilhete postal emitido por A Editora)

A gravidade da situação do país e a obstinada atitude de João Franco no governo acabaram por quebrar as hesitações do Partido Republicano e conduzir à organização de um golpe revolucionário que contou com a participação da Carbonária e dos dissidentes de [José Alpoim](#). A participação da Carbonária foi decisiva, pressionando o Directório do PRP que se mostrava indeciso quanto à possibilidade de enveredar decisivamente pela via da revolução armada. Para a organização deste movimento, os contactos entre o Directório e a organização revolucionária foram estabelecidos através de [António José de Almeida](#). Uma denúncia de um dos conjurados levou à prisão dos principais organizadores. A 28 de Janeiro de 1908 foram presos vários líderes republicanos, naquele que ficou conhecido como o [Golpe do Elevador da Biblioteca](#). [Afonso Costa](#) e o [Visconde de Ribeira Brava](#) foram apanhados de armas na mão no dito elevador, conjuntamente com outros conspiradores, quando tentavam chegar à Câmara Municipal. [António José de Almeida](#), o dirigente Carbonário [Luz Almeida](#), o jornalista [João Chagas](#), [João Pinto dos Santos](#), e [Álvaro Poppe](#) contavam-se entre os noventa e três conspiradores presos.

[José Maria de Alpoim](#) conseguiu fugir para Espanha. Alguns grupos de civis armados, desconhecedores do falhanço, ainda fizeram tumultos pela cidade, mas foram facilmente dominados pelas forças fiéis ao governo.

À agitação que se ia tornado irreprimível, a ditadura continuava a responder com repressão. Em 31 de Janeiro, o rei, em Vila Viçosa, assinava o decreto que permitia ao governo expulsar do país todos os que fossem pronunciados por crimes compreendidos no Art. 1.º do Decreto de 21 de Novembro de 1907. No dia seguinte D. Carlos iniciava o seu fatídico regresso à capital. Da descrição do [Regicídio](#) e da possível participação do PRP no violento acto levado a efeito por [Buiça](#) e [Costa](#), existem vários e contraditórios relatos, mas nunca foi possível provar cabalmente a colaboração do Partido Republicano com os regicidas.

Com este acto violento encerraram-se definitivamente as tentativas de engrandecimento do poder real, que anunciadas pelos arautos da [Vida Nova](#), tiveram o seu mais duro e implacável defensor em [João Franco](#). Paradoxalmente, a queda da Monarquia que se aproximava, tinha por obreiros aqueles que propunham escudar-se na autoridade para a reformar e engrandecer.



Imagem alusiva ao regicídio. D. Amélia, em pé na carruagem, tenta defender-se dos atacantes brandindo um ramo de flores que recebera ao chegar a Lisboa.
(Hemeroteca Municipal de Lisboa)

A "Monarquia Nova" e o Congresso de Setúbal

Apesar dos reveses sofridos os republicanos não abandonaram a sua acção de propaganda. Aliás a "Monarquia Nova" de D. Manuel II, embora procurasse pôr em prática algumas das reformas preconizadas pelos republicanos, enredava-se numa série de escândalos de índole financeira (questão dos [adiantamentos](#), [caso Hinton](#), [ruína do Crédito Predial](#)) acompanhados por diversas [questões religiosas](#) que puseram em foco o anticlericalismo existente entre as massas populares afectas aos republicanos.

Estes que tinham conseguido aumentar substancialmente a sua representação parlamentar nas [eleições de Abril de 1908](#), aproveitaram esta vantagem para uma vigorosa campanha para as eleições municipais do mesmo ano. Não obstante a oposição dos principais partidos monárquicos, as eleições realizaram-se em [Novembro de 1908](#) e constituíram uma importante vitória para os republicanos que não só conquistaram todos os lugares da Câmara de Lisboa, como uma digna representação maioritária ou minoritária em muitos concelhos do país.



Grandioso comício do P.R.P.
(Fotografia de Joshua Benoliel Arquivo
Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa)

Estes triunfos eleitorais não fizeram desistir a facção que no PRP continuava a defender a via revolucionária. No [Congresso de Setúbal](#), em que pela primeira vez esteve representada uma organização feminina, a recém-criada [Liga Republicana das Mulheres Portuguesas](#), saiu eleito um novo [Directório](#) a quem foi confiado o mandato imperativo de fazer a revolução. Na sua acção de preparar a revolução o novo Directório seria acompanhado por uma [Junta Consultiva](#) e uma [Junta Administrativa](#). A acção de propaganda e combate destes elementos da organização partidária, era, como vimos, completada por uma notável obra de instrução e esclarecimento a cargo dos centros republicanos espalhados pelo país e de mais de meia centena de jornais, revistas e outras publicações periódicas que desenvolveram também uma importante acção de propaganda e divulgação dos ideais republicanos.

Esta acção esclarecedora foi de grande importância para a preparação cívica de grandes camadas da população que, progressivamente, iam sendo aliciadas para as fileiras republicanas. A divulgação dos novos ideais corria a par com o descrédito da monarquia, bem visível nos grandes comícios de Agosto de 1910 e no aumento da [representação parlamentar](#) obtido nas eleições do mesmo mês.

Para consumir a obra que lhe fora confiada de preparar e organizar a revolução, o Directório republicano eleito em Setúbal, tinha começado por organizar *comités* revolucionários para estabelecer as ligações especialmente com as unidades militares do exército e da armada. A organização das forças civis do movimento foi confiada à [Carbonária](#). Nos dezoito meses entre o [Congresso de Setúbal](#) e a Revolução do 5 de Outubro multiplicaram-se os trabalhos de organização do movimento para evitar que se repetissem os malogros de 1891 e 1908.

Um dos aspectos a ter em conta era o do apoio externo após a revolução. Nesse sentido, em Abril de 1910, reuniu-se um novo Congresso em que foi nomeada uma [comissão](#) encarregada de ir ao estrangeiro expor e tornar conhecidos o programa do partido e as intenções dos seus dirigentes quando se desse a mudança inevitável do regime. Um dos pontos essenciais da referida missão consistia em garantir na Inglaterra que, no caso de um triunfo republicano, seria mantida, nas mesmas bases, a aliança tradicional entre os dois países, para assegurar a não interferência da nossa velha aliada em defesa do trono. A missão republicana deslocou-se ainda a outros países, tendo distribuído pelos principais Órgãos da imprensa internacional um relatório sobre a situação política portuguesa.

De graça para uns...
Desgraça para outros...



Págy. 2 de Junho de 1908.
En. Censurado Minimo

A. Teixeira de Sousa

Caricatura alusiva aos adiantamentos à Casa Real. Teixeira de Sousa retira do cofre a quantia de 1500 libras para enviar ao rei, sob o olhar do povo. (Imagem retirada do site www.slideshare.net)

O 5 de Outubro de 1910

As forças armadas, consideradas indispensáveis para levar a efeito uma acção revolucionária, foram um campo importante de recrutamento para os ideais republicanos. O aliciamento da maior parte dos oficiais ficou a dever-se ao vice-almirante [Cândido dos Reis](#). A acção conjunta deste, no [Comité Militar Republicano](#) com [Machado Santos](#) na [Carbonária](#) tornou possível infiltrar simpatizantes em várias unidades da [Guarnição de Lisboa](#): Artilharia 1, Infantaria 2, Infantaria 5, Infantaria 16, Cavalaria 2 (Lanceiros), Cavalaria 4, Caçadores 2, Caçadores 5, Regimento de Engenharia, Guarda Fiscal e corpo de marinheiros, incluindo a guarnição dos três cruzadores surtos no Tejo (*Adamastor*, *São Rafael* e *D. Carlos*) e base de torpedeiros em Vale do Zebro.

Cândido dos Reis não estava muito convicto de que os republicanos dispusessem do apoio militar suficiente para o triunfo da revolução, mas [Machado Santos](#), continuava entusiasmado e queria avançar para a luta armada, o mais cedo possível.



Lutas nas ruas de Lisboa durante a revolução republicana.
(Fotogravura, 1910. Bilhete postal emitido por A Editora)

Após o trabalho de recrutamento passou-se à elaboração do plano do movimento revolucionário, para o qual concorreram três oficiais de carreira: o capitão Sá Cardoso e os tenentes Hélder Ribeiro e Aragão Melo. A cidade foi dividida em zonas para as quais se disporia de 60 grupos de civis, cada um deles constituído por 16 homens - 5 armados com 5 bombas cada um, 5 com pistolas-metralhadoras e 6 desarmados que tinham por missão a vigilância e a transmissão de ordens. A esta organização civil juntava-se a preparação militar do golpe que tinha como objectivo o ataque simultâneo a três pontos considerados fundamentais: o Quartel do Carmo, o Quartel-General e o Palácio Real das Necessidades, onde o rei devia ser preso.



Alegoria à proclamação da República.
(Postal Ilustrado, 1910).

Duas notícias precipitaram a revolução: o assassinato de [Miguel Bombarda](#) que estava incumbido da distribuição de armas aos grupos civis, e a informação, dada a [Cândido dos Reis](#), de que os navios que estavam no Tejo iriam sair no dia 4. Perante estas notícias e a informação de que a [Guarnição de Lisboa](#) estava a ser posta de prevenção alguns oficiais republicanos desaconselharam a revolução, mas Cândido dos Reis e [Machado Santos](#) resolveram avançar.

O plano traçado não se concretizou, porque se foi fácil para os revolucionários apoderarem-se de Infantaria 16, Artilharia 1 e do Quartel de Marinheiros em Alcântara, não conseguiram, contudo, sublevar a maior parte das unidades. De início as coisas não pareciam correr bem para os revoltosos. Desde logo, o sinal de três tiros de canhão que marcaria para civis e militares o momento de avançar falhou. Apenas um tiro foi ouvido e Cândido dos Reis que esperava o sinal para embarcar e assumir o comando dos navios, perante o silêncio que se seguiu, convenceu-se do malogro da revolução e, pouco depois, suicidava-se. Com as tropas sublevadas que se tinham concentrado na Rotunda, também as coisas não começaram por correr bem. Face à ausência dos principais dirigentes republicanos e aos boatos que começavam a circular, os capitães [Sá Cardoso](#) e [Afonso Palla](#), com outros oficiais, consideraram que deveria levantar-se o acampamento, mas Machado Santos recusou-se a desistir e manteve-se sozinho no comando.

A pouco e pouco, os civis e soldados ajuramentados na [Carbonária](#) começaram a juntar-se aos revoltosos na [Rotunda](#), assegurando a resistência. A revolta da esquadra sita no Tejo contribuiu decisivamente para a vitória republicana. Por outro lado, logo no início da revolução os carbonários tinham desligado os fios telegráficos impedindo o Governo de pedir reforços vindos de fora. As linhas férreas também tinham sido cortadas, impossibilitando o avanço de tropas, enquanto que do Sul também não podiam chegar reforços, já que os navios revoltados dominavam o Tejo.

No fim do dia 4, a situação das tropas fiéis ao Governo no Rossio, era difícil. Os navios tinham rumado para perto do Terreiro do Paço. Ao fim da tarde, o *São Rafael* fez fogo sobre os ministérios desta praça, provocando o pânico nas hostes monárquicas que se sentiam entre dois fogos, com os republicanos de [Machado Santos](#) na Rotunda e os navios frente ao Terreiro do Paço. Perante o evoluir dos acontecimentos e depois dos bombardeamentos dos navios sobre o Palácio das Necessidades, o rei, a conselho de [Teixeira de Sousa](#), abandonou Lisboa, para que as tropas que defendiam o Paço pudessem ir auxiliar nos combates na Rotunda e no Rossio.

Na manhã do dia 5, após um cessar fogo de uma hora, pedido pelo encarregado de negócios alemão para embarcar os estrangeiros residentes em Lisboa, ocorria a rendição das tropas monárquicas perante [Machado Santos](#). Pouco depois, era proclamada a República no edifício da [Câmara Municipal de Lisboa](#).



José Relvas, membro do Directório do Partido Republicano, à varanda da Câmara Municipal de Lisboa, na manhã do 5 de Outubro de 1910. (Foto: Arquivo Fotográfico Câmara Municipal de Lisboa)

DO GOVERNO PROVISÓRIO À CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME (1910-1914)

O Governo Provisório

Com a vitória republicana foi de imediato constituído e anunciado um Governo Provisório sob a presidência de Teófilo Braga. Neste governo, estavam representados os mais destacados vultos da propaganda republicana nos últimos anos da Monarquia, com relevo para Afonso Costa que viria a emergir como o vulto dominante da política nos primeiros tempos republicanos. A composição do governo ressentia-se das mortes inesperadas de [Miguel Bombarda](#) e [Cândido dos Reis](#) e do afastamento de [Basílio Teles](#), considerado um dos principais mentores do republicanismo e um dos históricos do [31 de Janeiro de 1891](#). Apesar destes imprevistos, no governo estavam representadas as mais notáveis figuras das principais tendências do PRP: [Afonso Costa](#) na Justiça e Cultos; [António José de Almeida](#) no Interior; [António Xavier Correia Barreto](#) na Guerra; [Amaro de Azevedo Gomes](#) na Marinha; Bernardino Machado nos Negócios Estrangeiros e [António Luís Gomes](#) no Fomento. Poucos dias depois, em 12 de Outubro, [José Relvas](#) assumia a pasta das Finanças em substituição de Basílio Teles que nunca chegou a tomar posse e, em 22 de Novembro, [Brito Camacho](#) tomava o lugar de Azevedo Gomes na pasta da Marinha.



Caricatura alusiva ao anticlericalismo republicano. Afonso Costa estrangula o clero, enquanto é ele próprio enlaçado pela hidra da reacção clerical que ostenta a tiara papal. (Alfredo Cândido, 1906. *A Editora*)

Em cerca de dez meses o Governo Provisório conseguiu concretizar algumas das principais reformas do programa republicano, consolidar o regime e alcançar o reconhecimento por parte das potências estrangeiras, o que não se prenunciava como tarefa fácil numa Europa predominantemente monárquica, onde as únicas excepções eram a França e a Suíça. Bernardino Machado agiu com extrema prudência e tacto, procurando não hostilizar o [Foreign Office](#), já que a posição assumida pela Grã-Bretanha era determinante para os outros países europeus. Daí as extremas cautelas com que foi tratada a questão do exílio de D. Manuel II.

Um dos ministérios que, neste período, produziu algumas das reformas mais polémicas foi o de Afonso Costa, cujo o anticlericalismo era bem conhecido, e que, na pasta da Justiça e Cultos, personalizou alguns dos graves e explosivos problemas religiosos resultantes da sua legislação laicizante. Contudo, apesar da forte carga anticlerical que a propaganda republicana sempre apresentara, o Governo Provisório, e particularmente Afonso Costa, temendo as reacções populares, procuraram tranquilizar os católicos e a Igreja enviando telegramas aos governadores civis com instruções para que se respeitassem os actos de culto realizados nas igrejas e nos outros lugares habituais.

Nos primeiros dias do novo regime, mormente a situação revolucionária que se vivia, não se verificou grande violência contra as instituições religiosas e os ministros da Igreja. Os maiores incidentes registaram-se em Lisboa e ao Sul do Tejo, mas o número de vítimas foi muito reduzido. Como seria de esperar os jesuítas e as ordens religiosas que tinham sido palco de alguns escândalos nas últimas décadas, foram os principais alvos dos ataques durante o período revolucionário. Assim aconteceu com os assaltos às instalações pertencentes aos jesuítas, nomeadamente o [Colégio de Campolide](#) e a [residência do Quelhas](#) que já tinham sido alvo de propostas de expulsão no último governo da monarquia, chefiado por de [Teixeira de Sousa](#), e com o assalto ao [Convento das Trinas](#), relembrando o tão falado "crime" contra Sara de Matos. Em Beja, cujo [Seminário](#) tinha vivido uma situação bastante tumultuosa nos últimos anos, também se registaram vários incidentes de cariz anticlerical, chegando a verificar-se a invasão do paço episcopal. O antigo patriarca de Lisboa [D. José Sebastião Neto](#) também foi preso por populares e levado à presença de Afonso Costa que o interrogou.

O primeiro documento da importante produção legislativa sobre a momentosa questão clerical foi o [Decreto de 8 de Outubro de 1910](#), pondo em vigor as leis de Pombal, de 1759 e de 1767, expulsando os jesuítas, e a de Joaquim António de Aguiar, de 1834, extinguindo as ordens religiosas.

Quatro dias depois da publicação do Decreto de 8 de Outubro, era fixado o calendário dos dias feriados, donde eram retirados todos os que tinham conotação religiosa. As tradicionais datas de 1 de Janeiro e 25 de Dezembro eram mantidas, mas atribuíam-se-lhe outros significados: o dia 1 de Janeiro era consagrado à fraternidade universal e o dia de Natal, perdia esta designação para passar a ser celebrado como o dia consagrado à família. À parte estes, eram ainda considerados feriados, o dia 31 de Janeiro, dedicado aos precursores e aos mártires da República, o dia 5 de Outubro, consagrado aos heróis da República e o dia 1 de Dezembro, celebrando a autonomia da pátria portuguesa.



Notícia referente à promulgação da Lei de Separação entre o Estado e as Igrejas (*Ilustração Portuguesa*, 29 de Março de 1915)

No dia seguinte, pelo Decreto de 13 de Outubro de 1910, o Código Administrativo de 1896, considerado demasiado centralizador e de "estrutura intensamente conservadora" era substituído pelo Código Administrativo de 1878, o mais descentralizador do regime monárquico. Esta substituição implicava a nomeação de novas comissões paroquiais que iriam substituir as juntas de paróquia do tempo da Monarquia. Ora, como diploma de 1896, os párocos eram, por inerência, presidentes das juntas de paróquia[1] a entrega de bens e documentos, tradicionalmente na posse da Igreja, às novas autoridades administrativas veio a tornar-se num foco de violência, gerador de múltiplos conflitos, especialmente nas localidades em que as novas comissões eram manifestamente anticlericais.

No prosseguimento da legislação laicizadora, em 15 de Outubro, as enfermeiras passavam a substituir as irmãs de caridade em todas as situações; no dia, 18 foi abolido o juramento religioso; a 21 de Outubro, o bispo de Beja foi suspenso do exercício das suas funções com o pretexto de que tinha saído do país sem autorização, após a proclamação da República; no dia seguinte, 22 de Outubro, por decreto, era suprimido o ensino da doutrina cristã nas escolas primárias e normais. No mesmo dia, outro diploma ordenava a aplicação do art. 137º do Código Penal a todos os sacerdotes que na igreja ou no exercício do seu mester atacassem os poderes do Estado; a 23 de Outubro era extinta a Faculdade de Teologia e abolido o juramento religioso dos lentes, alunos e pessoal da Universidade de Coimbra; em continuação do decreto de 12 de Outubro, no dia 27, outro diploma considerava os dias santificados como dias úteis e de trabalho; no dia 28, a lei de imprensa deixava de punir os ataques à religião, um outro diploma do mesmo dia autorizava os governadores civis a substituir as mesas ou corpos administrativos das irmandades e confrarias por novas comissões.

No início de Novembro era confirmada a legislação proibindo os enterramentos nas igrejas e no dia 4 do mesmo mês era publicada no *Diário do Governo* uma das medidas que mereceu a maior discordância da Igreja - [a lei do divórcio](#), a que se seguiram os dois decretos de 25 de Dezembro - [Leis da Família](#).

Nos primeiros meses após a revolução, as reacções da Igreja foram muito cautelosas. Mas as sucessivas notícias de perseguições e vexames sofridos por párocos e católicos, as dificuldades impostas à realização dos actos de culto, as investidas republicanas na escola e a continuidade da publicação de medidas anticlericais foram progressivamente extremando posições, e, mesmo os mais moderados começaram a acompanhar os católicos mais radicais nas críticas à contenção das autoridades eclesiásticas perante a atitude do Governo provisório. No princípio de Novembro os chefes da Igreja começaram a dar mostras de que estariam dispostos a tomar uma posição mais forte face às determinações anticlericais do novo regime. Com a data de 24 de Dezembro de 1910, foi publicada uma [pastoral colectiva](#) dos bispos que visava repor a verdade e, sem receio, indicar aos católicos o rumo a seguir perante os dramáticos acontecimentos que se viviam. A circular não foi imediatamente divulgada, mas com a publicação, em 18 de Fevereiro de 1911, do [Código do Registo Civil](#) que veio instituir a obrigatoriedade do registo civil, conferir prioridade aos actos civis sobre os religiosos e encerrar os registos paroquiais, os bispos ordenaram que a partir do dia 26 desse mês a pastoral começasse a ser lida nas missas. O Governo reagiu de pronto e, logo em 1 de Março de 1911, Afonso Costa negou o beneplácito ao texto redigido pelo episcopado português e proibiu a sua divulgação, ameaçando com a pena de demissão todos os clérigos que não respeitassem esta ordem.

A [lei da separação do Estado das Igrejas](#), de 20 de Abril de 1911, constituiu o culminar da acção legislativa de carácter laicizante do Governo Provisório, onde se consignava, pela primeira vez no nosso país, a separação entre a Igreja católica e o poder político.^[2] A sua promulgação era já esperada, não só porque toda a legislação anterior o fazia prever, como porque desde os tempos da Monarquia que o Partido Republicano incluía como um dos grandes desígnios da sua propaganda a luta por um Estado laico.

No seu longo articulado, a lei que posteriormente seria sujeita à apreciação da Assembleia Nacional Constituinte, laicizava o Estado, funcionalizava o clero, expropriava os bens da Igreja, mantinha a [política regalista](#), embora com novas práticas e entregava o funcionamento do culto aos cidadãos, organizados em corporações próprias, subordinadas às autoridades civis. A estes propósitos que já seriam de difícil aceitação pela Igreja católica, ainda se acrescentavam determinações que esta considerava vexatórias e mesmo blasfemas, por não respeitarem alguns dos princípios fundamentais da sua fé, além de colidirem com atitudes, costumes e tradições ancestrais das populações. Por tudo isto, seria de esperar uma contestação generalizada por parte das populações e do clero, como de facto aconteceu.

A reacção dos bispos não se fez esperar. Logo em 5 de Maio, publicaram o *Protesto colectivo dos bispos portugueses contra o decreto de 20 de Abril de 1911, que separa o Estado da Igreja* onde apelavam ao Papa, enquanto chefe da Igreja na terra, para que tomasse uma posição que orientasse os fiéis portugueses no rumo a seguir. De imediato, Pio X dirigiu-se a todo o mundo católico através de uma encíclica intitulada [Jamdudum in Lusitania](#), o que demonstra como o pontífice considerava graves os acontecimentos portugueses. A intervenção papal, não logrou pôr cobro ao confronto entre a Igreja e a República. Decorrido um ano, todos os prelados, com excepção do bispo de Évora tinham sido destituídos das suas dioceses e, em 10 de Julho de 1913, concretizou-se o corte de relações com a Santa Sé, com a extinção da Embaixada Portuguesa junto do Vaticano.

Nos outros domínios as medidas do Governo Provisório não foram tão profundas e centraram-se mais em alterações simbólicas que marcassem a diferença com o regime deposto como as mudanças na [bandeira](#), no [hino nacional](#) e [na moeda](#). Para vincar o corte com o regime monárquico foram publicadas uma série de medidas eliminando os privilégios monárquicos como a abolição do Conselho de Estado e da Câmara dos Pares, a demissão dos funcionários ao serviço das casas reais, a abolição dos títulos nobiliárquico e dos direitos de nobreza e a proscricção da família de Bragança. Algumas instituições foram suprimidas ou substituídas como aconteceu com a supressão do Juízo de Investigação Criminal, com a dissolução das Guardas Municipais de Lisboa e Porto que foram substituídas pela Guarda Nacional Republicana e com a substituição da Polícia Civil pela Polícia Cívica de Lisboa. A [reorganização do exército](#) também mereceu a atenção do Governo Provisório.

Na área social a actuação do Governo também se revelou decepcionante face às aspirações que as camadas populares depositavam no novo regime. As limitações da [Lei da Greve](#), publicada em Dezembro de 1910, numa conjuntura em que o país era assolado por um enorme surto grevista (cerca de 60 greves entre o 5 de Outubro e final do ano de 1910), contribuíram para exaltar os ânimos das classes trabalhadoras. Em Janeiro de 1911, perante a continuação do movimento grevista, verificou-se mesmo uma manifestação dos batalhões de [voluntários da República](#) contra as greves, o que desde logo nos alerta para as hostilidades que cedo se começaram a manifestar entre o movimento operário e regime republicano.

[1] Art.º 159º do Código Administrativo de 1896.

[2] A *Lei da Separação*, como era vulgarmente denominada, não teve aplicação imediata nos territórios ultramarinos. Na Índia e em Macau não chegou a ser aplicada e em África e Timor só foi aplicada em 1913.

A Constituinte

As eleições para a Assembleia Nacional Constituinte que iria elaborar a primeira constituição republicana portuguesa, tiveram lugar no dia 28 de Maio de 1911. Para a realização deste acto tão importante e de tão grande significado político a República esteve muito longe de cumprir um dos grandes desígnios da sua propaganda durante o regime monárquico - o [sufrágio universal](#). O regime republicano acabou com a limitação censitária que tanto criticara na oposição, mas introduziu uma outra, tanto ou mais limitativa - o sufrágio capacitário. De acordo com a legislação que regulamentou as eleições de 1911, a condição de eleitor só era atribuída aos cidadãos com mais de 21 anos que soubessem e escrever ou que fossem chefes de família há mais de um ano, o que, dado os elevados níveis de analfabetismo da sociedade portuguesa da época, era extremamente restritivo.



Folha de rosto da publicação da Constituição de 1911

Na divisão dos círculos eleitorais e no regime de escrutínio também pouco se inovou. No essencial os republicanos mantiveram o modelo da lei monárquica de 1901, conhecida por "ignóbil porcaria". Embora com quase o dobro dos círculos eleitorais, permaneceram os grandes círculos plurinominais de listas colectivas, para diluir o peso do voto rural, tendencialmente menos favorável, no voto urbano. Com poucas excepções, manteve-se também o regime de voto limitado ou de lista incompleta, em que cada eleitor vota num número de nomes inferior ao dos deputados a eleger no respectivo círculo. Nos círculos de Lisboa e Porto seguia-se o método de representação proporcional de Hondt, e nos das colónias o sistema uninominal, por maioria relativa.

Com excepção do período sidonista a [legislação eleitoral](#) republicana pouco se alterou.

[Clique na imagem para a ampliar](#)



Fotos da sessão inaugural da Assembleia Constituinte. (Ilustração Portuguesa, 26 de Junho de 1911)

Nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte nem todos os deputados foram eleitos, porque o Decreto de 14 de Março previa que não seria necessário realizar eleições nos círculos onde não se apresentassem candidaturas da oposição. Deste modo, 91 dos deputados foram efectivamente nomeados. A excepção verificou-se em Lisboa onde, face aos protestos verificados, se realizaram as eleições, apesar de não existirem listas da oposição. O PRP conseguiu uma vitória esmagadora com 97,6% dos votos. O PS que se candidatou em 12 círculos, apenas conseguiu eleger 2 deputados. No total, a Assembleia era constituída, por 234 deputados, sendo 229 em representação do PRP, 3 independentes e 2 socialistas.^[1]

A Assembleia Nacional Constituinte que tinha como funções principais discutir e aprovar uma constituição e ratificar os actos ditatoriais do Governo Provisório, reuniu pela primeira vez em 15 de Junho de 1911. A [composição social](#) da Câmara sugeria uma unidade que cedo viria a quebrar-se devido à existência de várias sensibilidades políticas republicanas. Podiam então detectar-se grupos de tendências opostas: federalistas e unitários; presidencialistas e parlamentaristas; unicameralistas e bicameralistas. A [Constituição](#), aprovada em 21 de Agosto de 1911, consagraria um modelo republicano de Estado Unitário (Art.º 1) e regime parlamentarista (Art.º 26), com duas câmaras (Art.º 7).

Em 24 de Agosto de 1911, procedeu-se à eleição do primeiro Presidente da República, tendo-se verificado uma efectiva cisão entre o [bloco](#), conjunto de 121 deputados apoiantes de António Josê de Almeida e Brito Camacho que elegeram [Manuel de Arriaga](#), e os 86 seguidores de Afonso Costa que defendiam a candidatura de Bernardino Machado^[2]. No mesmo dia procedeu-se à eleição do Senado. Para esta primeira legislatura os 71 senadores foram eleitos entre os deputados.

Em 29 de Agosto, foi criado o [Grupo Parlamentar Democrático](#), liderado por Afonso Costa que passaria a englobar 57, dos 152 deputados, e 22, dos 71 senadores.^[3]

[1] MALTEZ, 2005, p.184.

[2] Idem, p. 186, Vol. II.

[3] Idem, p. 187, Vol. II.

A instabilidade política

As dissensões verificadas na Constituinte que se manifestaram na eleição presidencial, tinham começado a verificar-se desde o início do Governo Provisório, onde eram patentes as rivalidades entre os ministros mais radicais Afonso Costa e Bernardino Machado e o grupo mais moderado, liderado por António José de Almeida e Brito Camacho. Qualquer destes grupos tinha os seus órgãos na imprensa diária e as suas clientelas que constituíram os germes de futuros partidos. Os jornais a [República](#) e [A Luta](#), defendiam as posições respectivamente de António José de Almeida e Brito Camacho enquanto que [O Mundo](#) permanecia fiel ao grupo de Afonso Costa. As rivalidades e divisões entre os republicanos eram ainda acentuadas pela existência de pequenos grupos radicais, dos quais o mais importante gravitava em torno de Machado Santos e do seu jornal [O Intransigente](#).



Afonso Cerqueira com as Forças de Marinha em Trás-os-Montes durante a primeira incursão monárquica no Norte do País. (Imagem retirada do site da [Marinha Portuguesa](#))

Após a eleição presidencial, Manuel de Arriaga procurando travar a influência crescente de Afonso Costa e do seu grupo defendeu que o 1º Governo Constitucional deveria ser formado por personalidades que não tivessem feito parte do Governo Provisório. Assim, o [1º Governo Constitucional](#), chefiado por João Chagas, era composto exclusivamente por individualidades próximas do [bloco](#), com uma maioria de camachistas.

O [Gabinete de Chagas](#) não teve vida longa, nem fácil. Além da falta de apoio político, (tinha, desde o início, a oposição expressa dos afonsistas, e viria a perder o apoio dos almeidistas) viu-se confrontado com uma série de [acontecimentos](#) que provocaram forte agitação social e política. De 1 a 5 de Outubro teve de fazer frente à [primeira incursão monárquica](#), de [Paiva Couceiro](#) a que se seguiu

forte repressão. A agitação social continuou e no final do mês, no [Congresso do PRP](#), formalizou-se a divisão do partido com a criação do [Partido Democrático](#) e o abandono de António José de Almeida e Brito Camacho que, pouco depois, em 7 de Novembro, anunciavam a criação da [União Nacional Republicana](#), sob a égide de [Aresta Branco](#). De imediato, António José de Almeida retirou o apoio ao Governo e João Chagas pediu a demissão.

Com o [novo gabinete](#), chefiado por [Augusto de Vasconcelos](#), que reunia três democráticos e quatro personalidades do bloco, iniciou-se período dos chamados governos de concentração ou de unidade republicana. No início de 1912 formalizou-se a divisão entre os apoiantes da União Nacional Republicana com a formação do [Partido Republicano Evolucionista](#), em 24 de Fevereiro de 1912, liderado por António José de Almeida, que passou a constituir a segunda força política na Câmara dos Deputados, e do [Partido da União Republicana](#), mais conhecido por Partido Unionista, instituído formalmente em 27 de Março de 1912 e liderado por Brito Camacho.

O governo de Augusto de Vasconcelos foi marcado por grande turbulência social com a eclosão de um intenso movimento grevista que culminou na [primeira greve geral](#) do regime a que se seguiu forte repressão com o restabelecimento da censura à imprensa (a chamada "lei garrote") e numerosas prisões. Face à ameaça de nova greve geral e aos ataques dos democráticos sobre alguns ministros, o governo pediu a demissão.

Em 16 de Junho de 1912 tomou posse um [novo gabinete](#) de concentração, chefiado por [Duarte Leite](#), composto por três democráticos, dois unionistas e dois evolucionistas. A agitação continuou. Em 3 de Julho, [Paiva Couceiro](#) liderou uma [segunda incursão monárquica](#) agrupando [manuelistas](#) e [miguelistas](#) que desencadeou outras sublevações. Após a difícil vitória republicana seguiu-se a habitual prisão dos conspiradores e o seu julgamento em três tribunais militares, criados em Braga, Coimbra e Lisboa.



Largo de São Domingos durante a greve geral de 1912. Câmara Municipal de Lisboa. Arquivo Fotográfico

Como a composição do governo, de maioria evolucionista e unionista não correspondia à composição do parlamento de maioria democrática, Duarte Leite, em 6 de Janeiro de 1913, resolveu pedir a demissão,

formando-se então um [novo gabinete](#) do Partido Democrático, chefiado por [Afonso Costa](#) que ocupou o poder durante mais de um ano. Era a primeira experiência monopartidária que marcava o início do domínio dos democráticos. Do governo fazia parte [António Maria da Silva](#), o único que, à data, não era filiado no Partido Democrático.

[Clique na imagem para a ampliar](#)



Sessão de 16 de Outubro de 1911, na qual se discute a suspensão das garantias constitucionais para os conspiradores monárquicos (*Ilustração Portuguesa*, 2 de Outubro de 1911)

O governo de Afonso Costa não conseguiu travar a agitação política e social, vendo-se forçado a usar de várias medidas repressivas. Do ponto de vista político, assistiu-se ao [golpe radical de 27 de Abril](#), primeiro golpe de republicanos contra republicanos. Além das severas medidas repressivas, uma das consequências do golpe foi a criação da *formiga branca*, rede de espionagem ligada ao ao Partido Democrático. Após uma [nova tentativa radical em Julho](#), o governo confrontou-se com novo golpe em Outubro, desta vez liderado pelos monárquicos chefiados por [João de Azevedo Coutinho](#), a chamada primeira [outubrada](#).

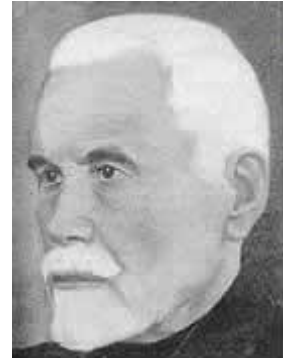
Além de fazer face às revoltas de radicais e conservadores, Afonso Costa teve ainda de sustentar a agitação sindical. Neste caso, verificou-se a repressão de greves, manifestações e comícios e assistiu-se ao encerramento da casa sindical e de numerosas prisões no motim que se verificou em 10 de Junho, a propósito das comemorações camonianas. A dura repressão do golpe mereceu a Afonso Costa o cognome de "racha sindicalistas".

Apesar das convulsões sociais o governo de Afonso Costa promulgou intensa legislação reformista, especialmente no campo das finanças. Pela primeira vez, graças a uma drástica contenção de despesas o orçamento foi equilibrado, apresentando mesmo superavit. Foi publicada uma nova lei sobre a contribuição predial e a dívida externa diminuiu acentuadamente, embora à custa da dívida interna.

O apoio ao governo parecia reforçado com a esmagadora vitória nas [eleições legislativas intercalares de Novembro de 1913](#), mas decorridos poucos meses, a retirada do apoio unionista e as manifestações dos grupos mais radicais, levaram à demissão de Afonso Costa e à chamada ao poder de Bernardino Machado que organizou um [gabinete extrapartidário](#), com o apoio dos democráticos.

Dificuldades económicas e agitação social

A República herdara da Monarquia um país essencialmente agrário, onde, segundo o Censo de 1911, 66,2% da população vivia fora dos centros urbanos. Porém, esta enorme massa de população rural não significava uma agricultura próspera. Pelo contrário, excluindo o caso do vinho, o país fora sempre deficitário em produtos para consumo, com especial incidência nos cereais. Tal facto devia-se à deficiente organização da propriedade, em grande parte na mão de latifundiários absentistas, indiferentes aos progressos técnicos e apenas interessados na exploração de mão-de-obra barata. Havia ainda um grupo de pequenos e médios proprietários, e um grupo muito mais numeroso de proprietários de pequeníssimas parcelas cujo rendimento não lhes permitia sequer assegurar a subsistência. Esse grupo que representava 30% da população, tinha em muitos casos que alugar a força de trabalho a outros camponeses ou a certas indústrias sazonais como as conservas de fruta e peixe, os lagares, a moagem ou indústrias semiartesaniais onde parte do trabalho ainda era feita ao domicílio, como acontecia em parte da têxtil do Norte.



Ezequiel de Campos.
(Imagem retirada do site da
Freguesia de Póvoa do
Varzim)

As dificuldades da vida nos campos provocavam uma forte tendência migratória dos campos para as cidades, mas devido à fraqueza e atraso do sector industrial, a procura de mão de obra era pouca e os camponeses viam-se obrigados a emigrar em grande número. Nos primeiros anos da República os números da emigração atestam as dificuldades da vida em Portugal: 59652 em 1911; 88920 em 1912 e 77633 em 1913. Em três anos o país perdeu mais de 200000 habitantes, a esmagadora maioria para o Brasil.

A indústria, insuficiente para absorver a mão-de-obra existente, mantinha-se em grande parte a um nível artesanal. Os sectores da indústria moderna também reflectiam o peso da agricultura a que permaneciam ligados em grande parte (moagem, madeiras, química, metalurgia e alimentos) ou dependiam das colónias (têxteis). A indústria pesada era praticamente inexistente e as exportações de maior vulto limitavam-se à cortiça e às conservas de peixe.

A situação financeira do país permanecia deficitária. Nos primeiros anos da República os défices orçamentais, tão criticados pelo PRP durante a Monarquia, mantiveram-se até se agravaram. Os défices continuavam a ser financiados pelo aumento da circulação fiduciária, mas de acordo com os limites impostos pelo [Decreto de 17 de Outubro de 1910](#). Em 1913, no governo de Afonso Costa, à custa de uma diminuição drástica das despesas, as contas de gerência apresentaram um saldo positivo de 600 contos. Em simultâneo o Governo conseguiu inverter a tendência para o aumento da dívida flutuante que passou de 90108 contos, em meados de 1913, para 88702 no ano seguinte. Estes resultados nunca mais foram conseguidos até ao fim da República.



Greves de operários, promovidas pela União dos Sindicatos Operários. Os grevistas passam diante da redacção de O Século em direcção à Câmara Municipal de Lisboa, 1912. (Câmara Municipal de Lisboa. Arquivo Fotográfico)

A pequena reserva financeira conseguida por Afonso Costa, não foi suficiente para dar confiança às classes abastadas e travar a fuga de capitais para o estrangeiro que continuava a aumentar. A breve tempo a guerra veio impedir a continuação do saneamento financeiro. Por outro lado, o défice do comércio externo que continuava a crescer (40730 contos em 1912; 53256 contos em 1913), a diminuição das exportações, em parte em consequência da crise internacional e a valorização da libra não permitiram manter a estabilidade do escudo e contribuíram para eliminar os efeitos do saneamento financeiro.

Nos campos, a situação pouco se alterou em relação aos velhos problemas herdados da Monarquia. Em Março de 1911, foi regulamentado o [crédito agrícola](#), com resultados bastante modestos, e as propostas de reforma agrária sugeridas por [Basílio Teles](#) e [Ezequiel de Campos](#) nunca entusiasmaram os principais

dirigentes republicanos. Na indústria também não se verificaram progressos e mesmo as grandes obras de fomento dos últimos anos da Monarquia são interrompidas devido ao aumento da dívida pública. A crise internacional que se agravou em 1912-1913, ao provocar a contracção dos mercados externos, veio dificultar a situação da indústria portuguesa, dando origem a uma quebra drástica das exportações (6200 contos em 1910; 3900 contos em 1911 e 3600 contos em 1912) que afectou especialmente a indústria têxtil.

Os problemas económicos foram ainda ampliados pelo intenso crescimento do movimento reivindicativo dos operários. A legalização do [direito à greve](#) e a crescente agitação sindical que se lhe seguiu, assim como o crescimento dos republicanos radicais de Afonso Costa com as suas acções de rua, contribuíram para alarmar as classes possidentes e conservadoras e saldaram-se pelo aumento da fuga de capitais para o estrangeiro.

O movimento grevista que se incrementara nos últimos da Monarquia, intensificou-se nos primeiros meses da República, provocando uma mudança de posição dos governos que de uma primeira fase de apoio, cedo passariam à repressão, e mesmo à perseguição de vários dirigentes sindicais.

A educação republicana

A República veio introduzir em Portugal, inegáveis mudanças qualitativas no ensino que se traduziram numa nova ideia de escola e em novas formas de pensar a educação e a formação para a cidadania. A principal vertente dessa formação assentava na introdução de uma área de formação cívica na escola primária com a qual se pretendia reforçar o aspecto laico e mesmo anticlerical do ensino. A persecução destes objectivos era concretizada não só no âmbito curricular, através de disciplinas específicas, como também no extra-curricular através de várias cerimónias e instituições. A preocupação com esta área de formação na política educativa republicana reflecte a ideia da importância da função da escola na formação do cidadão capaz de integrar uma nova ordem social. A educação cívica pretendia formar cidadãos que se manifestassem no sentido da manutenção das instituições republicanas, pelo que a formação para a cidadania, mais do que procurar desenvolver a autonomia pessoal, se viria a tornar numa forma de endoutrinamento pretendendo pôr a escola ao serviço da reprodução da ordem estabelecida.

[Clique na imagem para a ampliar](#)



Visita do inspector das escolas móveis aos Açores. (Ilustração Portuguesa, 16 de Novembro de 1914)

A introdução de uma nova disciplina no currículo - educação cívica - com objectivos muito próximos da inculcação de valores, e também de alguns cultos cívicos como rituais simbólicos de uma pretendida nova religiosidade cívica - o culto da Pátria, da bandeira e dos grandes heróis - constituíram os principais contributos para a concretização dos objectivos republicanos nesta área. O nacionalismo e patriotismo, ideais mobilizadores destes cultos eram explorados também através dos programas de algumas disciplinas como História e Geografia.

Entre os cultos mais divulgados encontrava-se a festa da árvore, lançada em Março de 1913, pelo semanário *O Século Agrícola*. Estas festas, embora já existissem na monarquia (as primeiras foram realizadas em 1907, promovidas pela [Liga Nacional de Instrução](#)) só após a implantação da República receberam um notório incremento, tendo-se generalizado desde 1913.

Os batalhões escolares constituíram outro dos meios da educação cívica republicana. Proclamada a República, logo em 26/10/1910, foi nomeada uma comissão presidida por [João de Barros](#) com o fim de elaborar um [Regulamento de Instrução Militar Preparatória](#).



João de Barros (Imagem retirada do site [Geneall](#))

Ao chegar ao poder, em 1910, os republicanos encontraram uma realidade educativa que nos afastava da maioria dos países europeus. As taxas de analfabetismo rondavam os 75,1% na totalidade, sendo de 81,2% para as mulheres. Perante tal situação o combate ao analfabetismo impunha-se como objectivo prioritário, optou pelo recurso às chamadas [Escolas Móveis](#) que chegaram a ser frequentadas por cerca de 200000 alunos e que se tornaram um importante veículo da propaganda republicana.

A par das Escolas Móveis o Estado apostou na expansão da rede escolar primária, mas apesar de um relativo crescimento, não conseguiu atingir a desejada cobertura de todo o país. Continuaram a existir, principalmente no interior, muitas regiões sem escolas, e as condições materiais do parque escolar também não obtiveram uma considerável melhoria.

Uma das áreas a que a República prestou mais atenção foi ao ensino primário. A [Reforma de 1911](#), criou dois ciclos para o ensino primário: ensino primário elementar com a duração de 3 anos e ensino primário complementar com a duração de 5 anos, mas manteve a obrigatoriedade escolar apenas para os três primeiros anos de ensino.

O ensino superior foi um dos sectores educativos a que a República prestou mais atenção. Neste caso não seriam apenas razões pedagógicas que moveram os legisladores, mas também razões de ordem política, se tivermos em conta posteriores acontecimentos ligados com a Universidade de Coimbra e o seu corpo docente. Tornava-se necessário acabar com o quase monopólio que a Universidade de Coimbra exercia no ensino superior. O Decreto de 22 de Março de 1911, veio criar duas novas universidades em Lisboa e Porto e, em 19 de Abril, foi publicado o primeiro diploma que organizava as universidades portuguesas, a que se seguiu um conjunto de legislação que veio a alterar, por completo, a estrutura do ensino superior herdada da monarquia.

Outra das preocupações dos republicanos residiu na preparação dos professores. Na [reforma de ensino de 1911](#) foram criadas as Faculdades de Letras e as Escolas Normais Superiores destinadas a preparar para a docência do ensino secundário. A nível do ensino primário também se procurou uma melhoria da formação dos docentes pela introdução de disciplinas como Pedagogia Geral, Metodologia do Ensino Primário e Pedologia.

PORTUGAL E A PRIMEIRA GRANDE GUERRA (1914-1918)

A Entrada de Portugal na Guerra

Em 1914, um quarto de século sobre a muito sentida afronta nacional do Ultimato Inglês de 1890, os portugueses – e em particular alguns republicanos -, diziam-se dispostos a “morrer pela Pátria” em defesa dos “direitos históricos” sobre a “África Meridional Portuguesa”, o projecto que, em 1886, Barros Gomes idealizara para cimentar os alicerces do III Império lusíada. De facto, o acordo anglo-alemão de 1898 sobre as colónias portuguesas tinha provocado fortes apreensões em Portugal. Essas apreensões ganharam um novo fôlego em 1913, nas vésperas da Primeira Grande Guerra, depois do [Convénio secreto](#) assinado entre a Inglaterra e a Alemanha, em que a “velha aliada” abria as portas à colonização alemã em África, dispondo das colónias portuguesas para a realização de um acordo de paz. Perante esse acordo secreto, também a França se achava no direito de “reivindicar, no caso da liquidação do domínio colonial de Portugal (...) as Ilhas de Cabo Verde, a Guiné portuguesa, as Ilhas de S. Tomé e Cabinda”.



Vestígios da Expedição de Alves Roçadas ao Sul de Angola: companhias indígenas preparadas para o combate ao lado dos portugueses, casas incendiadas durante os levantamentos dos povos do Sul e imagens de tranquilidade depois dos desastres de Cuangar e Naulila. (*Ilustração Portuguesa*, 28 de Maio de 1917)

No Verão de 1914, quando a Guerra europeia começou, Angola parecia a colónia mais desprotegida, a partir da fronteira sul e, depois do “[desastre de Naulila](#)” ocorrido no final daquele ano, a população explodiu em furores anti-teutónicos. Longe de Lisboa, a República encontrou nesse contexto, com [Norton de Matos](#) como governador de Angola, o caminho para a entrada na Guerra. A dramatização deste incidente de fronteira abriu a oportunidade para a grande [expedição de Alves Roçadas](#), um experiente “pacificador” das populações do Cuamato que, em 1914, foi chamado de novo ao sul de Angola para conter os avanços alemães e boers e as revoltas indígenas.

Nestas circunstâncias, a ida dos primeiros contingentes militares, saídos em Setembro de 1914 de Lisboa para Angola, não só não provocou grande resistência da população, como até desencadeou algum apoio popular.



Forças da marinha portuguesa tomam posse dos navios alemães. (*Ilustração Portuguesa*, 6 de Março de 1916)

O mesmo não aconteceria com a entrada do C.E.P. na frente de combate europeia. Portugal definira no Parlamento, em 7 de Agosto de 1914, uma ambígua “[neutralidade colaborante](#)” - nem beligerante nem neutral -, que viria a ser substituída, em 23 de Novembro seguinte, por uma expressa concordância do Congresso da República de participação na Guerra. No entanto, a escassez de meios militares e a inexistência de uma estratégia de defesa bem definida até meados de 1915, impediu a entrada de Portugal na frente europeia. Será durante o Governo de [Afonso Costa](#), resultante da “[Revolução de 14 de Maio de 1915](#)”, que a situação se inverte, apesar das fortes [correntes anti-intervencionistas](#) que se desenvolviam por essa altura na sociedade portuguesa. Durante esse período, a diplomacia portuguesa em Londres tudo fez para obter a concordância dos ingleses, o que só veio a ocorrer, em definitivo, nos finais daquele ano, muito por imposição das crescentes necessidades de transporte e de abastecimento dos Aliados. Em 23 de Fevereiro de 1916 Portugal [requisitou, a pedido dos ingleses, todos os barcos alemães estacionados em águas portuguesas](#) e, em 9 de Março, a [Alemanha declarou guerra a Portugal](#).

Vencia, finalmente, a [estratégia intervencionista](#), defendida pelos Democráticos de [Afonso Costa](#): a consolidação de um projecto nacional republicano que, com o apoio da “velha aliada” pudesse consolidar a estratégia de um Portugal atlântico e pluricontinental, capaz de vingar no concerto das novas nações saídas da guerra e de combater o perigo do propalado [anexionismo espanhol](#).

O C.E.P. e a defesa das Colónias

A “nova partilha das colónias” agendada pelas potências europeias do início do século XX feria de morte as pretensões do pequeno país, recentemente republicanizado, que era Portugal. A ameaça rondava as fronteiras do sul de Angola e do norte de Moçambique e materializava-se em aliciamento de mão-de-obra indígena, em incidentes fronteiriços, como os de [Cuangar](#) e [Naulila](#), na difusão de propaganda anti-lusa e na promoção de levantamentos contra a administração portuguesa entre as populações indígenas. A ameaça era tanto mais séria quanto é certo que aos portugueses quase tudo faltava para “pacificar” as populações e administrar o território: capitais, técnicos, defesa militar e populações brancas em número suficiente para ocupar e colonizar o território.

A entrada na Guerra, começando por Angola e Moçambique, mostrava-se como a grande estratégia para a consolidação da ocupação e colonização da África portuguesa. Sem o apoio da “velha aliada” – político-militar, estratégico e mesmo económico -, seria impossível “pacificar” e ocupar aqueles vastos territórios, ainda com fronteiras indefinidas. A Guerra ao lado dos Aliados aparecia como a grande oportunidade para conter os alemães e para conseguir, em simultâneo, outros objectivos bem diversos: a abertura de caminhos-de-ferro (tão necessários na guerra como na paz), a definição de fronteiras, a obtenção de capitais e a instalação de administradores militares (à falta de administração civil), abrindo o caminho à colonização branca.

Plantado entre os apetites imperialistas das três grandes potências que disputavam a África Meridional – Inglaterra, Alemanha e França -, Portugal, uma pequena potência colonial, começou por desenvolver uma atitude prudente a partir da sua Embaixada em Berlim, onde na altura [Sidónio Pais](#) representava o país. Porém, perante o embate europeu dos três colossos, o país optou pelo alinhamento tradicional da aliança inglesa, mesmo com prejuízo das excelentes relações comerciais que mantinha com a Alemanha desde 1908.

Na verdade, o projecto republicano, nacional e patriótico, defendia que a soberania portuguesa e a independência nacional haviam de sustentar-se sobre a “empresa de além-mar”, uma espécie de “utopia lusitana” que pretendia retomar nos finais do século XIX e início do seguinte a “gesta heróica de Quatrocentos”. A campanha de África de 1914 correspondia assim, com uma razão muito evidente para os contemporâneos, a uma empresa nacional de defesa intransigente da estratégia atlântica que se começara a desenhar desde os finais do século anterior. Portugal existira livre na história e resistira à Espanha porque se prolongara além-mar. Oficiais “guerristas” como [Augusto Casimiro](#) – o “poeta-soldado” da *Renascença Portuguesa* -, não-de fazer acompanhar o seu patriotismo cívico de um outro patriotismo, de carácter messiânico, inspirador de todos os heroísmos e justificador da muito esforçada intervenção nacional na guerra.



Os alemães investem contra um forte de Angola. Fortificação de Cuangar. (Ilustração Portuguesa, 30 de Novembro de 1914)



Embarque de tropas de Infantaria 22 com destino à África Oriental (Moçambique). (Ilustração

Portuguesa, 12 de Junho de
1916)

No entanto, o patriotismo exacerbado de alguns não correspondeu, durante os anos de 1914-1916, à materialização clara de um projecto nacional político e estratégico. As divisões políticas cavadas no campo republicano em 1911-13 abriram brechas insanáveis entre intervencionistas e anti-intervencionistas: de um lado os Democráticos de [Afonso Costa](#), com [Norton de Matos](#) na liderança político-militar, que se batiam pela intervenção; do outro, os apoiantes críticos, de António José de Almeida, e os antagonistas, de [Brito Camacho](#), apoiados por um [movimento sindical fortemente anti-intervencionista](#). Nestas circunstâncias políticas, a “estratégia nacional” definida no Congresso da República em Novembro de 1914 dificilmente pôde contar com os recursos materiais e morais indispensáveis ao desenvolvimento de um projecto desta envergadura.

[Cunha Leal](#), um engenheiro militar que enveredara pela “missão laica” da ocupação de Angola e fora encarregado de preparar o caminho de [Alves Roçadas](#) entre o Lubango e o Humbe, pressentira o fim trágico daquela expedição “pela má preparação e recepção das tropas e pela sua organização deficiente” [1]. O [desastre militar de Naulila](#) foi, de facto, muito penalizador: quebrara a moral do exército colonial, dera novo ânimo aos colonos alemães armados, instigara revoltas redobradas das populações do Cuamato, dos Dembos e do Congo perante a “fraqueza” do exército colonial português e enchera de pânico a pequena colónia branca de Angola.

Na sessões secretas do Congresso da República sobre a participação de Portugal na Guerra, de Julho de 1917, as oposições anti-intervencionistas pretenderam explicar os fracassos africanos com a preocupação governamental de enviar tropas para a França e com a deficiente preparação e meios disponibilizados pelos governos liderados pelos Democráticos. É, no entanto, verdade que os incidentes fronteiriços com os alemães precederam a Guerra e que sem a aliança inglesa e as campanhas de África de 1915-17 se teria tornado muito provável a invasão do sul de Angola e do norte de Moçambique pelas forças germânicas.

[1] Palavras proferidas por Cunha Leal na cerimónia de homenagem que a cidade de Luanda prestou aos “Heróis de Naulila”, em Agosto de 1915, in *A Província*, 8 de Agosto de 1915.

O “Milagre de Tancos” e a ida para a Frente europeia

A propaganda de uma ida para a frente europeia, delineada a partir de meados de 1915, foi particularmente intensificada depois dos recontros luso-alemães de Naulila, Cuangar (em Angola) e de [Rovuma, Nevala e Quionga](#) (em Moçambique). No entanto, as propaladas (e algo exageradas) ameaças do “perigo alemão” não conseguiram nunca esconder as péssimas condições militares que estiveram na base dos desastres militares em território africano durante os anos de 1914-17. Por isso, a mobilização do CEP para a Frente europeia, feita a partir da Primavera de 1916 em Tancos, veio a ocorrer debaixo de uma fortíssima campanha dissolvente e anti-intervencionista, onde nem sequer faltavam as denúncias de [atrocidades](#) praticadas nas campanhas do Sul de Angola em finais de 1915. Ora, tal procedimento, como considerava Brito Camacho, não era “nem humanitário nem científico” [\[1\]](#) e punha em causa toda a estratégia nacional da República.

Se tivermos em conta o curto espaço de tempo que mediou entre as primeiras fases de instrução dos contingentes militares e a sua concentração em Tancos, sob o comando de Norton de Matos, dificilmente poderemos entender a expressão muito usada de “milagre de Tancos” fora de um quadro de mobilização e de propaganda. Entre a decisão de entrada de Portugal na frente europeia e o embarque dos primeiros contingentes, em Janeiro de 1917, mediaram uns escassos nove meses, um tempo insuficiente para realizar tudo o que se não fizera durante anos em matéria de organização e reequipamento militar. Não serão, portanto, de estranhar os [motins de oficiais](#), a [resistência dos soldados](#) ou mesmo as revoltas contra a entrada de Portugal na guerra, como a que ocorreu em [13 de Dezembro em Tomar](#), sob o comando de Machado Santos, o “herói da Rotunda”. Para além de compreensíveis motivações políticas, estas reacções anti-intervencionistas reflectiam a consciência aguda da falta de meios humanos e materiais de um país pequeno, pouco industrializado e pobre, onde o armamento era arcaico e a formação militar limitada a escassos milhares de efectivos. Era já conhecido de todos o que havia acontecido em África: a falta de meios e a falta de reforços pedidos com insistência pelos comandantes tinham levado a que os efectivos tivessem baixado nalguns casos, por morte ou por doença, a mais de 75% do contingente inicial.



General Tamagnini Barbosa (à esquerda) acompanhado dos generais Hacking e Costa Gomes (*Câmara Municipal de Lisboa. Arquivo Fotográfico*). Fernando Tamagnini de Abreu e Silva (Tomar, 1856-Lisboa, 1924) foi Comandante da Divisão de Instrução mobilizada em Tancos e Comandante do CEP, em França, até Agosto de 1918.

A instrução preliminar dos soldados destinados à frente europeia foi dada em quartéis da 2ª divisão (Viseu), da 5ª divisão (Coimbra) e da 7ª divisão (Tomar). A concentração em Tancos, para efeitos de mobilização, decorreu de Abril a Junho de 1916, entre [difíceis viagens de comboio](#) e longas marchas a pé. Numa improvisada “cidade de tendas” e por entre algumas construções de madeira, 20 mil homens permaneceram em Tancos por alguns meses, aproveitando as condições naturais (entre os rios Zêzere e Tejo) e a proximidade do caminho-de-ferro, bem como a existência de um território plano e extenso, apropriado para os novos exercícios exigidos pela guerra. No entanto, a crónica falta de meios fez com que o contacto com algumas das armas mais inovadoras e mortíferas da nova guerra (como granadas, lançadores de gases ou metralhadoras) só tivesse sido feito, para muitos soldados, em pleno teatro de guerra.

A instrução dos primeiros contingentes concluiu-se em Agosto. Em 30 deste mês, uma missão militar franco-britânica de visita a Lisboa acordou com o Estado-Maior português a [constituição do CEP](#) e as diferentes formas de cooperação. O Corpo do Exército português seria composto de duas Divisões, comandadas pelos generais [Gomes da Costa](#) e [Simas Machado](#), sob o comando geral do general [Fernando Tamagnini](#) e seria integrado no I Exército Britânico, comandado pelo general Douglas Haig.



O ministro da Guerra Norton de Matos e os generais responsáveis pelo “Milagre de Tancos” atravessam uma ponte de barcas entre Tancos e o Arrepiado. Milhares de homens preparavam-se para sair para a frente de combate, depois de escassos meses de treino nas planícies da Chamusca. (*Ilustração Portuguesa*, 4 de Dezembro de 1916)

Acordou-se que seria transportado a cargo do Governo Britânico e receberia instrução complementar em França, antes de ser colocado nas linhas da Frente.

No seu conjunto, o CEP mobilizou, durante o período de guerra, cerca de 55 mil efectivos, dos quais quase 3 mil e quatrocentos eram oficiais. Constituiu a maior mobilização até aí do esforço militar português, com uma esmagadora predominância da arma de Infantaria (cerca de 65% do total).

[1] Palavras proferidas na Sessão Secreta do Congresso da República, em 20 de Julho de 1917, in Ana Mira, *Actas das Sessões Secretas da Câmara dos Deputados e do Senado da República sobre a participação de Portugal na I Grande Guerra*, Coleção Parlamento, Assembleia da República, Lisboa, 2002, p. 117 .

Os duros anos da Guerra: dúvidas e dificuldades

A entrada de Portugal na guerra europeia constituiu uma empresa política de larga envergadura, preparada num curto espaço de tempo e num contexto nacional de dificuldades acrescidas de ordem política, financeira, económica e social.

O novo regime republicano implantado em 1910 estava longe de estar consolidado. À maioria de Democráticos no Parlamento não correspondeu uma maioria governativa clara e eficaz – só em 1913-1914, no primeiro governo de [Afonso Costa](#) isso aconteceu. À sua acção determinada se ficou a dever um primeiro equilíbrio orçamental e algumas medidas de saneamento financeiro (vide Módulo III). Contudo, a deterioração do ambiente internacional no período anterior à guerra veio acarretar o agravamento da balança comercial, da dívida pública e das dificuldades económicas. Nestas circunstâncias, o Governo de Afonso Costa rompia caminho por entre as maiores dificuldades económicas e políticas, com os dois novos partidos criados em 1912 – o Unionista e o Evolucionista – a impedirem soluções políticas claras, sem que, ao mesmo tempo constituíssem alternativas governativas estáveis ao partido Democrático. Ora, o “perigo monárquico” assomara em duas [incursões](#) (1911-1912) e o mundo operário exigia políticas sociais que não se compadeciam com a crise política e financeira. Por isso, Afonso Costa, ficaria nessa conjuntura conhecido como o “racha-sindicalistas”.



O primeiro semestre de 1915 (marcado pela experiência ditatorial de Pimenta de Castro) correspondeu a um interregno da estratégia nacional “guerrista”, que só foi retomada com os governos seguintes de Afonso Costa e da “[União Sagrada](#)”. Porém, quando foi retomada e executada, essa estratégia carecia de um bloco político de apoio coeso e eficaz. Muito poucos discutiriam na altura a “estratégia nacional” de defesa das colónias e de participação de Portugal no “novo concerto” europeu e mundial saído da guerra. Porém, quase todos, de forma oportunista, se colocaram fora desse projecto: os militares (alguns) por, de forma realista, se terem apercebido da sua impreparação e falta de meios; os partidos da direita parlamentar (e temporariamente o partido Evolucionista) por pura estratégia de combate político-partidário; os monárquicos por saberem que o descrédito da República lhes poderia trazer o velho regime de volta; e o mundo operário por sofrer as agruras de uma guerra atroz, que antes de lhes dar a morte, lhes trouxe a fome e a miséria.

Nestas circunstâncias, a indisciplina e a revolta – tanto de oficiais como de praças – foi um comportamento comum desde a instrução e mobilização até à frente de combate. Em 1918, com a dissolução do poder político que sucedeu ao golpe sidonista e com o apertar das dificuldades nas “[trinchas](#)”, sem navios ingleses para garantir o “[roulement](#)” e com o prolongada permanência na frente dos combatentes, os casos de deserção e abandono, as [numerosas revoltas e insubordinações](#) foram uma prática comum.



Chegada de Bernardino Machado de visita à Frente europeia. (Arnaldo Garcez – *Um Repórter na 1ª Grande Guerra*, Apresentação de António Pedro Vicente, CPF, 2000).

Em Abril, o [desastre de La Lys](#), com mais de 8 mil homens tocados pela morte, pelo estropiamento ou pela prisão, foi a pedra de toque para o desmembramento do frágil “espírito de corpo” até existente e da [fraca moral dos soldados](#). De resto, uns dias antes, em 19 de Março, um relatório do Estado-Maior referia que, dos 55 mil homens do CEP, só cerca de 33 mil estavam prontos para combater, faltando portanto cerca de 20 mil (que permaneciam doentes ou feridos nos hospitais). Nessa altura, só 2200 tinham regressado a Portugal.

Para os soldados em combate, não eram, contudo, melhores as notícias que lhes chegavam de Portugal. Na Primavera de 1917, ao mesmo tempo que chegavam os primeiros contingentes à frente de combate, as dificuldades de abastecimento, o açambarcamento e os preços altos desataram na “[revolução da batata](#)”, com tumultos e

assaltos em Lisboa e Porto. Derrotado pela vida, o povo culpava os “jacobinos” pelas dificuldades e ansiava pelo “milagre”, que veio a ocorrer em [Fátima](#), em 13 de Maio, e em Lisboa, em 5 de Dezembro, quando o major Sidónio Pais se decidiu por encarnar o papel de um “Messias” político. Em Outubro, o Presidente Bernardino Machado, acompanhado de Afonso Costa e Augusto Soares farão uma [visita à Frente Europeia](#), numa missão de apoio à sua estratégia política intervencionista. Porém, a sua política colhia cada vez menos adeptos e, dois meses depois, em 5 de Dezembro, serão os dois arrastados pelo movimento sidonista para a prisão e para o exílio.

Foi, no entanto, neste contexto agitado, de debate ideológico fértil, que floresceu o primeiro Modernismo português. No Outono de 1917, Almada Negreiros apresentava o seu [Ultimato Futurista às gerações portuguesas do século XX](#), que foi seguido da publicação da revista [Portugal Futurista](#), onde apareceram publicados trabalhos desta geração inovadora que, desde 1915, se dera a conhecer através da revista [Orpheu](#): Mário de Sá-Carneiro, Fernando Pessoa, Raul Leal, Almada Negreiros, Santa-Rita Pintor, em Lisboa, acompanhados no Porto por Amadeo de Souza Cardoso e por Eduardo Viana.

Do Armistício à Conferência de Paz

Depois de dois anos de campanha na Flandres e de quatro no teatro de guerra africano, o fim do conflito foi marcado pela memória da “derrota de La Lys”, por desastres simbólicos como o do afundamento do “caça-minas” Augusto Castilho, mas também pela reorganização do CEP, sob as ordens do V Exército Britânico, e o comando do general [Garcia Rosado](#). Recuperado da difícil experiência da frente, o Exército Português participou na libertação da França e da Bélgica e mais tarde no [Desfile da Vitória](#), em Paris, apesar das dificuldades e atrasos do regresso e da existência de colónias de [prisioneiros](#) em território alemão.

No [Parlamento, a vitória dos Aliados](#) foi comemorada em 3 de Dezembro, num clima pouco optimista, que antecipava os ajustes de contas dos dois blocos – intervencionistas e anti-intervencionistas – no pós-guerra. [Cunha Leal](#), um jovem deputado que se afastou por essa altura do “bloco sidonista” afirmava: “Sonhou-se entre os nossos governantes com a vitória da Alemanha. E, por isso, a derrota do colosso germânico caiu-lhes em cima da cabeça como um balde água fria”.



Prisioneiros portugueses na Alemanha. (Ilustração Portuguesa, 24 de Junho de 1918)

Numa altura em que os portugueses se envolviam numa [guerra civil](#), com o Estado diminuído na sua capacidade político-administrativa, iniciaram-se em Paris as negociações de Paz, com [Egas Moniz](#) a chefiar a delegação portuguesa. Esperava-se muito dessas negociações: um lugar de relevo no novo concerto internacional, a começar pela renúncia definitiva da Espanha a um lugar de dominância na Ibéria, reparações de guerra compensadoras, dilatação no tempo do pagamento da dívida de guerra à Inglaterra e o reconhecimento do domínio português sobre o vasto Império africano. Só resultados considerados bons poderiam acalmar a opinião pública interna e credibilizar a República. O país precisava de encontrar meios financeiros para lançar infra-estruturas e fomentar o desenvolvimento económico e só conseguiria esses meios se pudesse ocupar um lugar adequado no novo concerto das nações.

Em 1919, [Egas Moniz](#) foi substituído por [Afonso Costa](#) (um fervoroso defensor de uma estratégia de exigência) nas conversações de Paz e no novo areópago internacional da SDN, tendo apresentado a candidatura de Portugal a um lugar para o Conselho Executivo da organização. No entanto, os resultados palpáveis obtidos ficaram muito aquém do desejado. O rearmamento do Exército a partir da redistribuição do material de guerra alemão não ocorreu e o pagamento das reparações arrastou-se pela década de 20, sem grandes resultados. Como refere José Medeiros Ferreira, “Nem a República, nem o Exército vêm consagradas a glória e a importância interna do seu esforço militar” [\[1\]](#).



Funeral do Soldado Desconhecido. (Quadro da autoria de Sousa Lopes, 1927. Museu Militar).

A estratégia intervencionista falhara, pois, no domínio interno: debilitara politicamente a República e voltara contra ela os seus soldados. De bastião da nova ordem cívica republicana, as forças armadas prepararam-se para subverter o regime que acusavam de os mal tratar, o que viria a acontecer em 28 de Maio de 1926.

É muito comum menorizar os resultados da participação de Portugal na guerra restringindo-os à entrega definitiva de Quionga. No entanto, é indelével que a inclusão do país no sistema multilateral de segurança e na Comissão dos Mandatos da SDN e o apoio da aliança britânica lhe garantiram um relativo sucesso na condução futura da política ultramarina.

Ora, a verdade é que esta era a opção estratégica fundamental do país. Acreditava-se que perante o perigo da absorção económica e política de Portugal na Grande Ibéria, só a implantação de um império colonial africano poderia garantir a independência nacional. As colónias acabariam “de vez com a fome em Portugal”, afirmava [Álvaro de Castro](#) na apresentação do seu governo no Parlamento, em Novembro de 1920. De facto, esperava-se que as colónias, mais do que o espaço continental, pudessem vir a ser

um pólo de atracção do capitalismo internacional, através de uma política cuidadosa de concessões. E sem o apoio e a vitória dos Aliados que outro modo poderia haver para manter os espaços coloniais, (tão extensos e tão separados entre si), libertos da cobiça de países como a Bélgica (sobre Cabinda), da União da África do Sul (sobre Moçambique), da China (sobre Macau), da França (sobre a Índia)?

A melhor prova da existência de uma “estratégia nacional” sustentada sobre a participação na guerra foi a continuidade dessa estratégia no tempo, apesar de todas as vicissitudes políticas e mesmo para lá de um tempo que já recomendaria uma revisão dessa mesma estratégia. Do ponto de vista simbólico, o culto do heróis teve o seu início com a cerimónia da deposição das cinzas do [Soldado Desconhecido](#) no Mosteiro da Batalha em 1920, e prolongou-se por todo o território com a implantação de padrões locais aos Mortos da Grande Guerra até pelo menos aos anos trinta.

[1] Cif. José Medeiros Ferreira, *Portugal na Conferência de Paz – Portugal*, 1919, Quetzal Editores, Lisboa, 1992, p. 74.

DO SIDONISMO AO 28 DE MAIO

O Sidonismo (1917-1918)

Em finais de 1917, a Primeira República viajava por entre “uma encruzilhada de diferentes paixões”, exacerbadas pelo conflito mundial, pela miséria social e pela [instabilidade política](#). A entrada na Grande Guerra – tanto em África como na Europa – ao invés de conseguir uma “[união sagrada](#)”, criou divergências profundas na sociedade portuguesa, até mesmo no seio dos partidos democrático e evolucionista, os defensores do intervencionismo.

A oposição ao terceiro governo de [Afonso Costa](#) – o principal defensor da entrada de Portugal na Guerra - corria por fora do campo político constitucional. [Sidónio Pais](#), recém-chegado de Berlim, apoiado pelo campo unionista de [Brito Camacho](#), muito contrário à Guerra, foi o rosto e a figura que congregou ao redor de si

uma miríade de conspiradores heterogêneos para derrubar o *afonsismo* pela força.



Parada militar no funeral de Sidónio Pais (Câmara Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico)

Rodeado dos seus “[cadetes](#)”, ocupou a [Rotunda](#) – o mítico lugar de nascimento do próprio regime – em 5 de Dezembro de 1917, dando lugar ao “[dezembrismo](#)”, uma espécie de mudança de turno que, a breve prazo, se havia de transmutar no ponto de encontro de todas as promessas de futuro. Sidónio prometeu e quis tudo: um “Presidente-Rei”, na expressão consagrada de Pessoa, como aquele que abraça todos os portugueses (republicanos e monárquicos, democratas e anti-democratas, conservadores e revolucionários) num desígnio patriótico de “salvação da Pátria”. Em nome do combate à “demagogia democrática”, fechou o Parlamento, proibiu a actividade dos partidos republicanos históricos e instalou-se em Belém no lugar de [Bernardino Machado](#), o Presidente eleito. Até às eleições de [28 de Abril](#), governou como um “[César](#)”, com o apoio de uma ditadura de militares. Em lugar de uma República multipartidária, Sidónio fundou um partido único – o [Partido Nacional Republicano](#).



O Presidente Sidónio Pais visita o asilo Dona Maria Pia onde está instalada a “sopa dos pobres”, 1918 (Câmara Municipal de Lisboa. Arquivo Fotográfico)

Pressionado pelos [reformistas](#) que apoiaram a Situação, e a pretexto de uma reconstitucionalização do regime, Sidónio promulgou, à revelia dos limites da [Constituição de 1911](#), um pacote legislativo que instituía novas regras no processo eleitoral, que atribuía novos poderes ao Presidente da República e que estabelecia uma nova composição do Senado. Em resultado destas alterações anti-constitucionais, alterou-se por completo a [composição política do Congresso](#) da República e Sidónio, plebiscitado por uma maioria histórica de portugueses, aprofundou a sua conduta autoritária e [caudilhista](#). À frente dos destinos do país, exigia o apoio do partido que criara e aceitava a tolerância complacente das minorias monárquica e católica eleitas. Daí em diante, procurou “caçar pérolas” em todos os campos e afastou-se mais e mais dos seus apoiantes iniciais, que lutavam por uma legitimidade

constitucional e democrática. Governou em [ditadura](#) até Julho, presidiu à abertura do Parlamento como um rei e impôs uma [deriva presidencialista e populista](#) que abriu brechas irreparáveis no PNR, a partir do Outono de 1918.

Em Novembro, o Sidonismo estava morto antes da morte do seu líder: não conseguira constitucionalizar qualquer novo regime (presidencial ou parlamentar), não integrara os “republicanos históricos” (que assim optavam pela via conspirativa), reagia com prudência perante as [Juntas Militares](#) recém-criadas, reprimira violentamente o operariado (muito apertado entre a fome e a [pneumónica](#)) e não conseguira manter a unidade estratégica entre os dois principais órgãos de sustentação do regime – o Presidente e

o Partido único que o apoiava. O Sidonismo nascera da situação dramática de guerra e morria às mãos da nova esperança que renascia com o fim dessa mesma guerra. Em 14 de Dezembro, o caudilho sucumbia em Lisboa a um [atentado](#), na estação do Rossio, numa altura em que os afrontamentos no seu bloco de apoio se tornavam incontroláveis.

Morto Sidónio e enterrada a “[República Nova](#)” que quis fundar, nem por isso desapareceram os seus apoiantes ou morreram as ideias e os valores que adoptaram e quiseram pôr em prática. Alguns anos depois, o “Estado Novo” que lhe sucedeu, viria a adoptar a ideia de um chefe carismático que, apoiado na insofismável força de uma ditadura militar, conseguisse liderar um governo forte, sem impedimentos de Parlamento e de partidos políticos. O Sidonismo vingava pela “Ideia” a morte do seu fundador.

A refundação falhada da República – “os anos loucos portugueses” (1919-1921)

O biénio de 1919-21 decorreu sobre os efeitos económicos e sociais da I Grande Guerra. Com a morte de Sidónio, o bloco sidonista desfez-se em dois campos antagónicos que se confrontaram, durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 1919, numa guerra civil que teve os principais afrontamentos na [Revolta de Santarém](#), na [Monarquia do Norte](#) e na “[Jornada de Monsanto](#)”. De um lado, os *monárquicos* e *integralistas* que, através das *Juntas Militares*, pensavam ter chegado o tempo da restauração da Monarquia; do outro, os republicanos históricos que, aliados aos sectores reformistas do Sidonismo, entretanto desencantados, e à “*rua republicana*” se empenhavam na refundação da República.



Revolta militar de Santarém (Câmara Municipal de Lisboa. Arquivo Fotográfico de Lisboa)

O [Governo de coligação de José Relvas](#) pacificou o país, revogando muita da obra legislativa do Sidonismo e em Maio, o Partido Democrático voltou a obter uma maioria absoluta nas eleições para Deputados. Iniciava-se a “*nova República velha*”, marcada pela aspiração generalizada de uma reconstitucionalização regeneradora do regime, depois do sério aviso ditatorial que constituíra o consulado sidonista.

No entanto, [a reforma constitucional de 1919](#) ficou muito aquém das expectativas existentes e não contribuiu para a desejada democratização do regime. *Evolucionistas* e *unionistas* constituíram em Outubro o [Partido Liberal](#) e, nos dois anos seguintes, com a ajuda do novo [Presidente António José de Almeida](#), procuraram contrabalançar a hegemonia do Partido Democrático. Colaboraram em governos de coligação dos *democráticos*, chefiaram três governos e promoveram [eleições em 10 de Julho de 1921](#), que ganharam com maioria relativa. Nenhuma das soluções foi bem sucedida e, em [19 de Outubro](#) desse mesmo ano foram escorraçados por um golpe militar que conduziu o país à “*Noite Sangrenta*”, um dos episódios mais trágicos da República.



António José de Almeida à saída do Parlamento onde tomou posse como Presidente da República, 1919 (Museu da Presidência da República)

A República entrara num impasse político: os governos de composição responsabilizavam todos os partidos, mas não davam estabilidade ao regime; as recomposições partidárias não deram origem a partidos sólidos, antes empobreceram, no caso da cisão dos [Reconstituíntes](#), o já debilitado Partido Democrático. Perante a debilidade política do regime, as “*forças económicas*” manifestam-se por uma “*representação de classes*” no Parlamento, onde assim chegariam sem o concurso dos partidos.

Confrontado com sérios problemas de ordem pública, o Presidente da República e o Partido Democrático (a quem cabia governar), cederam o lugar às forças da ordem – GNR e Exército – e a República entrou numa deriva autoritária de que não mais saiu. A democratização do regime (e a sua

legitimação) ficou assim comprometida pela instância dos problemas agudos de uma economia de guerra. Os abastecimentos escassos e os [preços altos](#) (particularmente do [pão “político”](#)) provocavam tumultos e movimentos grevistas de uma amplitude inesperada. A desmobilização incompleta do Exército chegado da guerra, a quebra dos impostos e o peso da [dívida pública](#) levantavam problemas políticos quase insolúveis à governação do Estado, particularmente num quadro político de instabilidade governativa. Emparedados pelas grandes debilidades económicas e sociais do pós-guerra, os governos não podiam impor [tributações](#) mais altas nem equilibrar as contas públicas e prestar apoios sociais por falta dessas mesmas tributações. Nestas condições, também qualquer empréstimo externo de vulto estava comprometido.

A miséria, a fome e a debilidade política da República (e depois a sua [deriva autoritária](#)) alimentaram uma séria “[ameaça vermelha](#)” durante este “anos loucos portugueses”. O movimento operário, organizado na [Confederação Geral do Trabalho](#) (CGT), desencadeou fortes [movimentos grevistas](#) e, confrontado com a crise económica, enveredou pela “acção directa” e pelo [sindicalismo revolucionário](#). O [Partido Socialista Português](#) tinha participado nos primeiros governos do biénio, tendo aí desenvolvido uma importante acção reformista na pasta do novo [Ministério do Trabalho](#). No entanto, a partir de 1920, a sua acção descreditou-se e, no Governo do coronel [António Maria Batista](#) (um *democrático*), a palavra de ordem era “Ordem Pública! Ordem Pública! Ordem Pública!”.



Funeral de António Granjo, Lisboa 1921 (Câmara Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico)

Assediados por fortíssimas pressões económicas e sociais, os republicanos abdicaram da liberdade em nome da ordem e chamaram os militares para governar o país. Daqui em diante nunca mais as soluções civilistas e constitucionais puderam vencer a pressão dos militares na imposição de uma ordem marcial, nem substituí-los na governação, onde passaram a desempenhar um papel fundamental.

A República conservadora – o tempo dos “bonzos” (1922-1923)

Entre Fevereiro de 1922 e Novembro de 1923 ocorreu uma das mais duradouras experiências governamentais do Partido Democrático, sob a liderança de [António Maria da Silva](#).

Depois de uma nova dissolução do Congresso, em 6 de Novembro de 1921, o Partido voltara a ganhar as [eleições de 29 de Janeiro](#) do ano seguinte, embora sem maioria absoluta.

[Cunha Leal](#), o ministro liberal que promoveu as eleições, contactou associações patronais e convidou as “forças vivas” para comporem as listas governamentais. O seu programa propunha o aprofundamento da vida regional e um Parlamento diferente na composição, porque “desejava que tivesse a representação das classes” produtoras, ou seja, um Parlamento com representação orgânica. A solução foi, no entanto, desastrosa, tendo a abstenção atingido, em muitos círculos, os 70%.

Impossibilitada de governar por via legal, a direita parlamentar havia de esperar dois longos anos, até finais de 1923 para ter de novo oportunidade de assumir o poder: restava-lhe uma outra tentativa de recomposição partidária (que veio a ocorrer em Fevereiro de 1923, com a fundação do [Partido Nacionalista](#)), ou o recurso aos meios violentos e extra-parlamentares da conjura, do golpe ou da revolução.



Engenheiro António Maria da Silva (Câmara Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico)

Também à esquerda, os *reconstituíntes* de [Álvaro de Castro](#) teriam que aguardar por melhor oportunidade para poderem assumir responsabilidades governativas. Sem verdadeiras alternativas, à esquerda ou à direita, o Partido Democrático demorou-se no Governo sem qualquer acção legislativa ou reformadora assinalável – durava, mas não impedia que, nos subterrâneos, forças ocultas se estivessem preparando para assaltar o poder. Este era, sem dúvida, o “[tempo dos bonzos](#)”.

Contudo, a acalmção trazida por esta trégua de dois anos não significava, de nenhum modo, que estivessem resolvidos os problemas da República. Tinha passado o período agudo da crise das subsistências, mas continuavam por resolver os problemas financeiro e económico do país. Impedido de reduzir as despesas públicas pela necessidade de colmatar os depauperados salários e promover algumas obras de fomento (designadamente nas colónias), restava ao Governo o recurso a uma [reforma tributária](#) que permitisse o aumento de receitas, a qual veio a ser discutida no Verão de 1922.

A partir de Agosto de 1923, o governo toma uma série de medidas de contenção, entre as quais avulta a decisão de acabar com o “pão político” e a instituição do regime livre de comercialização dos cereais. Esta política hesitante de cedências, ora à esquerda ora à direita, tornou-se responsável pelo desmoronamento da maioria governamental e pela recomposição do bloco conservador de direita, constituído temporariamente em torno do Partido Nacionalista.



Sacadura Cabral e Gago Coutinho a bordo do “Lusitânia” e respectivas assinaturas. (Site oficial da Marinha Portuguesa)

Presidido por [Ginestal Machado](#), com Cunha Leal de novo em ministro das Finanças, o Governo Nacionalista não durou mais de um mês. Os *nacionalistas* tinham juntado todos os descontentes, incluindo os *reconstituíntes* que, incompatibilizados, abandonaram o novo Partido em meados de Dezembro, em plena governação.

A pouco mais de dois anos do golpe de 28 de Maio de 1926, começava a desenhar-se aqui a “solução” ditatorial que havia de derrubar a República. Com a queda do Governo em que participou, Cunha Leal tornou-se ele próprio um arauto dessa alternativa insurreccional que, a partir desta data, ganhava corpo. Em 17 de Dezembro, numa conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa e na presença de mais de 500 oficiais do Exército (entre eles o próprio general Carmona, futuro chefe da Ditadura Militar), Cunha Leal, defensor de uma solução constitucional e civilista, alertava para o rumo mais que previsível (e inevitável?) do país: “As ditaduras hão-de vir, quer queiram quer não, pela força inevitável dos acontecimentos”



Cunha Leal discursando no funeral de António Granjo, o chefe do governo assassinado na chamada “Noite Sangrenta” (Câmara Municipal de Lisboa. Arquivo Fotográfico)

[1].

[1] Cf. Cunha Leal, “O Exército e a Política”, conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa em 17 de Dezembro de 1923, in *Eu, os Políticos e a Nação*, p. 187, Sociedade Editora Artur Brandão, Lisboa, 1926.

A República “esquerdista” – o tempo dos “canhotos” (1924-1925)

Invalidada a experiência governamental *nacionalista* em final de 1923, o Partido Democrático decidiu-se por apoiar experiências de centro-esquerda. Com maioria no Parlamento, facilmente poderia optar por derrubar, na melhor altura, as experiências governamentais dos seus dissidentes e opositores internos. “Purificava” o Partido e vencia as oposições internas, para poder apresentar-se, passada a borrasca, como a solução – era uma espécie de “rei constitucional” que reinava mas não governava. Fomentava o faccionalismo, desmoralizava os intransigentes, mas empobrecia a massa crítica do Partido, com a saída e destruição dos dissidentes.

Em finais de 1923, foi então a vez de [Álvaro de Castro](#), um *ex-nacionalista* que saíra em 1920 do Partido Democrático para fundar o Partido Reconstituente, formar governo. Era um governo de composição onde entravam *democráticos* moderados (Domingos Pereira nos Negócios Estrangeiros) e outros de uma linha mais à esquerda (José Domingues dos Santos na pasta da Justiça); mas também *seareiros* a quem foram atribuídas as pastas da Instrução, da Agricultura e da Guerra e, claro, “alvaristas”.

O Partido Democrático, maioritário no Parlamento, abdicava de governar e punha no pedestal os seus críticos. O Governo de [Álvaro de Castro](#) empreenderá uma importante obra de medidas financeiras deflacionistas e de contenção da dívida pública e estabilização da moeda, com implicações sociais que encarniçavam contra ele toda a direita *nacionalista*.

Não estava fácil a vida do Governo, na Primavera de 1924, apesar do piscar de olho de [José Domingues dos Santos](#) ao desesperado mundo operário, radicalizado por ideologias revolucionárias e por um combate de rua que minava a confiança das classes médias, apoiantes tradicionais da República. À direita, o Exército insistia na necessidade de um movimento militar que, ultrapassando a Constituição, impusesse um clima de ordem, com “pessoas de pulso, independentes de clientelas”.



Grupo da SEARA NOVA: Da esquerda para a direita; de pé: Teixeira de Vasconcelos, Raul Proença, Câmara Reys; sentados: Jayme Cortesão, Aquilino Ribeiro e Raul Brandão. (imagem retirada do site www.vidaslusofonas.pt)



Notícia da manifestação de apoio ao governo de José Domingues dos Santos (*O Mundo*, 14 de Fevereiro de 1925)

[Clique na imagem para a ampliar]

O Governo de seis meses de [Álvaro de Castro](#) constituiu a primeira experiência séria de correcção do défice crónico do Orçamento e um ciclo de governação coerente, independente da ala “bonzista”. A sua orientação de centro-esquerda viria a prolongar-se até ao início de 1925, com os governos de Rodrigues Gaspar e de [José Domingues dos Santos](#), mas já destituídos da coligação com os “alvaristas”, por isso mais enfraquecidos e acossados.

O Governo de [José Domingues dos Santos](#) completou o quadro de soluções à esquerda, antes dos governos “bonzistas” que cederam o lugar aos ditadores militares, em Maio de 1926.

Para levar por diante uma [reforma do sistema bancário](#) e uma tímida [reforma agrária](#), Domingues dos Santos não poderia contar com o apoio dos “bonzos” do seu partido que, em coro com os *nacionalistas* de Cunha Leal, apodavam o ministro de “bolchevista”. Quando, no início de Fevereiro se decidiu pelo encerramento da [Associação Comercial de Lisboa](#), tinha dado o seu passo em frente em direcção ao abismo: ninguém do partido apoiaria uma tal medida e a continuidade dos “exaltados” na condução dos negócios do Estado. Este “esquerdismo” era tanto mais preocupante

quanto [José Domingues dos Santos](#) tinha o apoio da “rua” republicana: em 13 de Janeiro, **15 mil pessoas** tinham invadido o Terreiro do Paço para protestar contra o desemprego e exigir ao Governo a reabertura das fábricas, o controlo operário e a descida decretada dos preços. Em resposta, o chefe do

Governo, respondia-lhes que “O povo [tinha] sido explorado pelo alto comércio e pela alta finança. O Governo da República [colocava-se] ao lado dos explorados contra os exploradores”.

Esquerda e direita combatiam-se no Parlamento e na rua. Duas estratégias, ambas republicanas, batiam-se de forma diferente e antagónica pelo regime que haviam fundado em clima de unidade nacional. Os “bonzos” do Partido Democrático escolhiam a cedência aos interesses económicos e à direita nacionalista que, aliada aos militares insurrectos, carregava no bojo a subversão do regime. À esquerda, [José Domingues dos Santos](#) representava a intransigência dos princípios democráticos ao serviço do maior número.

A República moribunda – em busca do “governo extraordinário de competências” (1925-1926)

Na “nova República velha”, o que vem a faltar ao Partido Democrático é uma manifesta incapacidade para perceber até que ponto as novas clivagens sociais do pós-Guerra se tornaram fracturantes e para aceitar a necessidade de novas formas de representação política. Durante estes anos, a República balanceou entre um [multipartidarismo de partido dominante](#) (embora não hegemónico) e a ansiada emergência, por sectores que se não reconheciam no Partido Democrático, de um partido ou bloco alternante das direitas conservadoras. Ou, em alternativa ainda, de um partido da esquerda democrática, capaz de representar o povo miúdo, muito sacrificado pela crise económica, o desemprego e a política repressiva dos governos da República.



Manuel Teixeira Gomes, Presidente da República, acompanhado do chefe de Governo, António Maria da Silva, visita o quartel da Artilharia 1, 1925 (Câmara Municipal de Lisboa. Arquivo Fotográfico)

O Partido Democrático era agora, especialmente a partir de 1921, o de [António Maria da Silva](#) e persistiu até ao fim, de forma agónica, na defesa da linha unitária de um projecto político de massas, nacional e patriótico, centrado no histórico Partido Republicano. Por isso, mesmo quando vingaram alternativas governamentais de centro direita, ou de centro esquerda, elas foram condenadas a um fracasso relativo – raramente tiveram condições de estabilidade, num Parlamento dominado pelos *democráticos*, e também só poucas vezes puderam constituir governos monocolores, sem a interferência do partido dominante.

O drama é que também o Partido Democrático, mesmo ganhando as [eleições](#), só muito raramente pôde constituir um governo de maioria absoluta [1]: instado pelos apelos de uma sociedade complexa e clivada, e condicionado pelos mecanismos de supremacia do Parlamento sobre o Poder Executivo, nunca pôde desresponsabilizar-se das decisões políticas mais contestadas (mesmo que tomadas por outros), nem assumir a totalidade dos encargos políticos. Numa situação de partido hegemónico, nunca as alternativas (de esquerda ou de direita) se conseguiram constituir como forças de confiança – sobravam-lhes os generais, mas faltavam-lhes os soldados, como se viu com a fundação da [União Liberal Republicana](#), chefiada por Cunha Leal; esses estavam ainda (enquanto estiveram) ao serviço da mística do velho Partido Democrático. Por isso, a pugna política parlamentar, por ineficaz, rapidamente se transferiu para a rua, onde ajudou a alimentar a fronda anti-democrática. Por outro lado, o Partido Democrático perdera a capacidade de manobra e o balanço da primeira fase da República: podado de muitos dos elementos mais criativos por sucessivas [cisões e recomposições partidárias](#), perdeu a maioria absoluta no Parlamento entre 1920 e 1925 e compensou-a com a aderência de falsos republicanos ou de alianças contra-natura; assediado por pressões sociais esmagadoras, foi quebrando a solidariedade com o mundo operário e do “pequeno colarinho branco” com que ganhara o país entre 1908 e 1910, aos gritos de “Justiça” e Pão”; instado a agradar à [direita dos interesses](#) (que exigia ordem e segurança), tratou de “forma compreensiva” os conspiradores nacionalistas e monárquicos das [revoltas militares de 1925](#); incapaz de reformar o regime pela introdução de medidas correctivas e reformadoras no Parlamento e no partido, incompatibilizou-se com a [intelectualidade](#) que lhe exigia uma mais profunda [democratização política](#); à custa de mobilizar as forças militares e para-militares para estabilizar e pôr ordem no sistema parlamentar e governativo, acabou por morrer às mãos dos militares que chamou dos quartéis para o Governo e para a rua.

O tempo era definitivamente outro, embora o velho Partido Democrático se não habituasse à ideia. Até os homens haviam mudado: para além do eterno “refugiado de Paris”, também [António José de Almeida](#) optara em 1919 pela Presidência da República e Brito Camacho pelo retiro doutrinário. O próprio [Presidente Teixeira Gomes](#) se decidira pela demissão. Este era, definitivamente, o “tempo dos deuses menores”.

À custa de tanta insistência (à esquerda e à direita) num “[governo nacional de competências](#)”, o eternamente hostilizado Presidente Bernardino Machado cedeu o seu lugar ao conspirador [Mendes Cabeçadas](#), concentrando neste último todos os poderes –presidenciais e governamentais. É caso para

considerar que tinha sido encontrado o caminho da salvação nacional. E que os “bonzos” do Partido Democrático se haviam convencido que as “competências” não estavam, afinal, no seu campo político.

[1] Foram governos de maioria absoluta dos Democráticos o do general Sá Cardoso (29/6/1919 a 21/1/1920) e o de António Maria Baptista (8/3/1920 a 6/6/1920). Entre 1920 e 1925, o Partido Democrático nunca obteve maioria absoluta, o que o obrigou em sucessivos governos de coligação, a apoiar facções do seu próprio partido ou a ceder o lugar a governos da direita Nacionalista ou do centro-esquerda. De 6/2/1922 a 15/11/23, António Maria da Silva governou com maiorias dos Democráticos, embora com recurso a independentes. Finalmente, em 1925, os Democráticos voltaram ao poder em governos maioritários, em particular depois das eleições de 8/11/1925, em que voltaram a garantir uma maioria absoluta de votos.

A QUEDA DA REPÚBLICA E A RESISTÊNCIA REPUBLICANA

Debilidade institucional da República

Em 1917, o Sidonismo sobressaltou de forma séria as elites Democráticas que, com pequenos avisos à navegação, tinham conduzido o país desde 1910. A partir deste desenlace dramático do projecto republicano, a República viveu sob o signo de uma conspiração permanente.

A Nova República (1919-1926) parecia ter, temporariamente, refundado o regime em novas bases de legitimidade. No entanto, as diferentes recomposições partidárias nunca conseguiram resolver o problema da ingovernamentalidade do regime (veja-se Módulo V), porque, como considerava Cunha Leal, uma das estrelas deste período da República que, por duas vezes, desempenhou o cargo de ministro das Finanças, “...os problemas do pós-guerra eram tão agudos e os homens de Estado estavam tão pouco preparados para lhes encontrarem soluções adequadas que o prestígio destes não podia resistir a uma demorada permanência nas cadeiras do poder” [1]. Os “anos loucos portugueses” traziam no bojo problemas de uma magnitude desconhecida até aí: a crise financeira e económico-social debilitava o Estado, o funcionalismo público e as classes que viviam do salário; a ostentação dos novos-ricos do período da Guerra exacerbava sentimentos explosivos de contestação às desigualdades sociais, e estas alimentavam um sindicalismo revolucionário no seu auge de mobilização grevista.



Gomes da Costa nas vésperas da 1ª Grande Guerra (Museu da Presidência da República)

As várias alternativas políticas à debilidade do partido Democrático dominante (*liberal* em 1920, *nacionalista* em 1923, *reconstituente* em 1924 e *esquerdista* em 1925) também não conseguiram normalizar o regime e, a partir de 1923, os militares, chegados dos cenários da Guerra africana e europeia, passam a ser de seguida chamados pelos políticos para repor a ordem pública nas ruas, no governo, no parlamento e nas diferentes instituições da administração pública.



Cunha Leal, cerca de 1921. (Arquivo de Maria Helena Cunha Leal)

A partir de 1921, o **general Gomes da Costa**, o futuro chefe da conspiração que derrubou a República, afirmava, depois de ter sido preso na sequência de declarações que “afrontavam os deveres inscritos no Código de Justiça Militar”: “Eu nada espero do próximo Parlamento (...). Impõe-se uma ditadura: não uma ditadura policial, mas para realizar uma obra que é impossível arrancar de qualquer Parlamento. Meu caro amigo, em 5 de Outubro fez-se uma revolução e uma substituição de funcionários. A verdadeira República está no programa de 1891. Para o impor só uma ditadura” [2].

De facto, pouco mudara no regime depois de 1919, excepto nas suas margens: a sindicalização operária e patronal crescera de poder e de tom e um crescente sector militar conservador começava a apostar, de forma decisiva, no derrube da República por via insurreccional. Democratas como **Cunha Leal**, a partir de 1923 integrado num novo projecto de aglomeração das direitas parlamentares – o **Partido Republicano Nacionalista** [3] -, anunciavam, com preocupação, a fatal ditadura: “...eu,

Cunha Leal, português e republicano, creio que nenhum governo regularmente organizado pode governar. Quanto a mim, a ditadura há-de vir inexoravelmente, fatalmente. Todos conspiram, todos fazem aquilo de que me acusam (...). O chefe do actual governo andou conspirando (...). Todos os dias a Constituição é esfrangalhada. Rasga-a o Governo do sr. **Álvaro de Castro**, rasga-a o sr. Presidente da República, rasga-a o Parlamento” [4].

Os anos de 1922 e 1923 assistiram à gestão corrente de três governos de **António Maria da Silva**, sem capacidade para atalhar a depreciação do escudo, provocada pela crescente circulação fiduciária, e o

aumento dos preços, que triplicaram por esta altura. As soluções – redução de custos no funcionalismo e no “pão político” e aumento de receitas fiscais – não só não ocorreram à medida das necessidades, como desencadearam um descontentamento generalizado, fuga de capitais e subida de preços, num ciclo vicioso que levou o último governo de [António Maria da Silva](#) à queda, por acção de uma moção de confiança, apresentada por um dos seus correligionários.

[1] A ignorância como limite para as soluções adequadas à crise profunda que se erguia no Mundo de então foi commumente apontada por muitos homens da época. O mesmo Cunha Leal, então Director de *O Século* (4 de Fev. de 1923), considerava: “O mundo de hoje em dia é uma colossal retorta onde se estão fundindo ideias novas e ideias velhas, sem ser fácil adivinhar para onde seguimos”

[2] Vide “À volta do presídio”, *O Século*, 22 de Janeiro de 1922

[3] O PRN anunciou a sua fundação em 5 de Fevereiro de 1923, e aglomerava Liberais e Reconstituintes. Como líderes teve, numa primeira fase, Ginestal Machado, Cunha Leal e [Álvaro de Castro](#). Este último abandonou o partido nos finais de 1923, para formar a Acção Republicana e constituir novo governo, no primeiro semestre de 1924. O PRN assegurou a governação num escasso período de um mês, entre Novembro e Dezembro de 1923.

[4] Vide “O O segundo Congresso Nacionalista”, *O Jornal*, 21 de Janeiro de 1924. Cunha Leal referia-se à “conspiração” do Presidente da República, dele próprio e de [Álvaro de Castro](#), durante o mês de Novembro de 1923, para constituir um “Governo Nacional”, sob a direcção de [Afonso Costa](#), vindo expressamente de Paris, a pedido de [Manuel Teixeira Gomes](#), para negociar essa solução nacional. Que não veio a ter boa conclusão.

Golpismo político-militar

A debilidade do Estado abria fissuras em todos os campos do regime. A República seguia aos ziguezagues, sem que os seus militantes conseguissem defendê-la dos inimigos externos, que a cercavam para a destruir. De facto, fora (mas também dentro) do [Partido Nacionalista](#) (a alternativa conservadora ao Partido Democrático), medravam há muito forças dissolventes da República, comandadas por militares, mas com a omissão conivente de civis.

A primeira tentativa decorrente das relações estreitas e resvalantes entre a direita constitucional e a direita conspirativa ocorreu na Primavera de 1924. A acusação caiu sobre o [comandante Filomeno da Câmara](#) que, de tão abertamente se ter exposto em declarações anticonstitucionais, acabaria por ser sujeito a Tribunal, em 13 de Agosto. Absolvido o comandante, a conspiração voltaria à rua em [18 de Abril de 1925](#), nessa altura com um programa político e um bloco civil e militar já complexo e amplo. Por essa altura, a luta política e ideológica entre a esquerda – representada pelo recém destituído Governo do [canhoto José Domingues dos Santos](#) (Novembro de 1924, Fevereiro de 1925) – e a direita, consubstanciada pela [União dos Interesses Económicos](#), pelo [Partido Nacionalista](#) e por um sector vasto das Forças Armadas atingia níveis preocupantes. A [revolta de 18 de Abril](#), reunindo chefias militares do sector conservador e anti-liberal foi, depois do Sidonismo, o primeiro movimento nacionalista que preconizou uma mudança anticonstitucional da República, pelo desmantelamento dos partidos políticos, pela dissolução do Parlamento e pela condução ditatorial do país, sustentada pela figura de um Presidente da República militar.



ampliar

Notícia em *O Século* referente à revolta de 19 de Julho de 1925 (20 de Julho de 1925)

As reformas da Constituição não tinham ido além do poder de dissolução do Parlamento pelo Presidente da República, em 1919, e de algumas reformas do Regimento do Parlamento nos anos seguintes [1]. Neste domínio, estava tudo por fazer em 1925. De facto, a anarquia mansa reinante mal deixava ainda dar voz aos que anunciavam o “movimento contra todos os políticos” e, só entre os mais activos e críticos, continuava a acreditar-se na possibilidade de reforma do regime em termos constitucionais.

Na verdade, uma ampla maioria da elite política demitiu-se porque não acreditava na capacidade de auto-regeneração do Parlamento e uma faixa significativa, colocada à direita do espectro político-partidário, duvidava mesmo das possibilidades de um regime parlamentarista, com esbatimento do papel do Presidente da República. Por seu lado, o Senado com uma representação semelhante à da Câmara dos Deputados, mostrava-se incapaz de moderar os conflitos existentes. Face a esta evidência, a demissão das elites parlamentares nas correcções do sistema e a sua aposta numa solução excepcional (embora sem contornos políticos definidos) eram apenas contrariadas por correntes políticas extra-parlamentares que defendiam a absoluta necessidade de uma reforma constitucional e regimental, como acontecia com o unionista [Brito Camacho](#) ou com o seareiro [José Rodrigues Miguéis](#) [2]. Descontente com a situação criada pela participação na Primeira Grande Guerra, o braço armado tornou-se uma presa fácil da política e da governação. Manobrado pelo golpismo político de raiz faccionalista, o insurreccionalismo militar constituiu-se, particularmente a partir de 1923, como o carrasco do “partido hegemónico” e da República.

[1] As reformas do Regimento do Parlamento ocorreram em 1922, 1923 e 1925. Visaram sempre a agilização dos debates para impedir a obstrução das minorias na aprovação das leis. Vide a propósito Luís Farinha, “O Parlamento Republicano. Funcionamento e Reformas (1918-1926)”, pp. 49-77. in *Elites e Poder. A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, (ed. de Manuel Baião), CIDEHUS-UE, Edições Colibri, Lisboa, 2004.

[2] J. Rodrigues Miguéis, “Salvemos o Parlamentarismo”, in *Seara Nova*, nº 70, 16/1/1926.

O 28 de Maio de 1926

Quando em 30 de Maio de 1926 o Governo de [António Maria da Silva](#) apresentou a sua demissão ao Presidente da República e este se decidiu pela “transferência legal” dos poderes ao [almirante Mendes Cabeçadas](#) em troca do respeito pela “legalidade constitucional”, Governo e Presidente eram os últimos elementos políticos resultantes da pesada (e continuada) depuração ocorrida na frente revolucionária que, em 5 de Outubro de 1910, tinha implantado a República.

No dia seguinte, 31 de Maio, a intransigência dos republicanos – da maioria e das minorias – tinha dado lugar a um Parlamento sem *quorum*, exaltado com muitos “Vivas à República”, mas nervoso com o ruído, cada vez mais audível, do “tilintar das esporas” dos seus carrascos, que desde dia 28 desciam de Braga sobre Lisboa, a mando do [general Gomes da Costa](#).

No entanto, nada parecia fazer perigar a serenidade dos órgãos legitimamente eleitos – Governo e Presidente da República. [António Maria da Silva](#), às 11 horas da noite do dia 30 de Maio, “apresentou o pedido de exoneração ao sr. Presidente da República, que [procederia naquele dia] às diligências necessárias para a constituição de um Governo Nacional”. Na sequência desta “demissão” de um dos fundadores do regime republicano, o Presidente da República Bernardino Machado ainda teve tempo para nomear “Presidente do Ministério e Ministro da Marinha, e interinamente das restantes pastas”, outro dos conspiradores do “Movimento de 28 de Maio”, o [almirante Mendes Cabeçadas](#). De seguida, o expoliado despedia-se do intruso “com os mais dedicados votos” e “afectuosa consideração” numa carta em que, alegando procedimentos constitucionais, alienava assim o poder obtido do Congresso da República e do voto popular na pessoa do conspirador. Para tranquilizar-se do acto de abdicação, reconhecia, estranhamente, a restauração “da ordem pública sem violentas colisões” e abençoava a constituição de um governo por [Mendes Cabeçadas](#), em quem a “República tanto [confiava]” [1].

A renúncia de todos os poderes constitucionais executivos – presidenciais e governativos -, na pessoa do [almirante Mendes Cabeçadas](#), pelo Presidente Bernardino Machado significava, antes de mais, a falência do poder democraticamente sufragado, por maioria absoluta, nas eleições para deputados (em Novembro) e nas eleições presidenciais (em Dezembro) de 1925. Simultaneamente, demonstrava a fragilidade política do poder governamental, completamente abandonado à sua sorte pelas instâncias militares dele dependentes.

Mas, talvez mais do que a falência do governo *silvista*, a demissão dos Democráticos parece antes ter sido a cedência a uma solução extra-parlamentar, várias vezes discutida e tentada no decurso da República, com formatos diferenciados, mas semelhante no essencial – a solução de uma “ditadura temporária de competências”, capaz de regenerar o regime e de o reconduzir, num tempo limite não muito prolongado, ao curso constitucional e parlamentar normal.

Fora uma ideia defendida pelos *clerics* [Seareiros](#) no decurso de 1923 [2] -, um “governo de competências, extraparlamentar e suprapartidário”, livre de peias e de jogos político-partidários -, e capaz de executar o “programa” necessário ao país, fruto de uma “vontade nacional esclarecida”.

Num contexto político relativamente diferenciado, esta foi também a ideia que inspirou os conspiradores da [Revolta de 19 de Julho de 1925](#), liderados pelo [almirante Mendes Cabeçadas](#), e que levou à acção esta corrente político-militar em 28 de Maio de 1926, com a compreensão (senão mesmo o apoio) da recém-criada [União Liberal Republicana](#), o novo partido criado em Março por [Cunha Leal](#) [3].

A crise do Governo de António Maria da Silva responsabilizava directamente o seu próprio partido. No entanto, a colagem desse partido dominante ao regime ao longo de mais de uma década, associava inevitavelmente os dois, implicando o seu descrédito e a sua queda simultânea.

No bloco anti-silvista couberam todos os descontentes do campo liberal e democrático – *liberais, nacionalistas, esquerdistas, reconstituintes, radicais, seareiros* e movimento sindical -, ansiosos por uma regeneração da República. Porém, na base desse programa mínimo de derrube do governo acoitavam-se também as forças anti-democráticas e anti-liberais que queriam muito mais do que a queda da República liberal. E foram essas, que depois de um processo longo e complexo de depuração, acabaram por vencer – primeiro em 1931-1932 e, definitivamente, em 1933, com a arquitectura de um Estado Novo ditatorial.



Cunha Leal com correligionários da União Liberal Republicana em Braga. Abril de 1926.

[1] Carta de transmissão de poderes do Presidente Bernardino Machado ao Comandante Mendes Cabeçadas, datada de 31 de Maio de 1926.

[2] Sobre este Programa de Salvação Pública e sobre o Governo extra-partidário de competências veja-se António Reis, *Raul Proença. Biografia de um intelectual político republicano*, vol. 1, pp. 331-354, temas portugueses, INCM, Lisboa, 2003.

[3] JA este propósito veja-se Luís Farinha, "Cavaleiros da Pátria" Os Liberais e a Transição Pactuada (1925-1929), in *O 28 de Maio, Oitenta Anos Depois. Contributos para uma reflexão*, (apresentação de Luís Reis Torgal), CEIS20, Coimbra, 2007, pp. 51-65.

Ditadura Militar – Governo de competências?

Unidas na fronda *anti-silvista*, as elites republicanas sempre afirmaram desejar a reforma do regime e a regeneração da República num quadro mais ou menos liberal e constitucional. Em 1926, as forças políticas concordavam, no essencial, na necessidade de uma restauração da “ordem” nas finanças, na rua, no trabalho e no Estado.

Porém, a depuração das correntes constitucionais e o seu afastamento da área do poder depois do **golpe Militar de 28 de Maio** – e só concluída em 1932 com a vitória salazarista -, aí está para mostrar que nem todos os golpistas falavam da mesma “regeneração”. De facto, na forja estavam as ideias dos **integralistas** e dos republicanos de tendência anti-parlamentar que tão bem se haviam de casar no programa apresentado pelo general **Gomes da Costa** em Junho de 1926 [1]. Nesse programa eram apresentadas 8 bases fundamentais de um novo projecto de Constituição onde era adoptado o modelo republicano presidencialista na Chefia do Estado.



Golpe militar de 28 de Maio de 1926, o general **Gomes da Costa** seguido do seu estado-Maior, durante a parada militar realizada no Campo Grande após a vitória (Câmara Municipal de Lisboa. Arquivo Fotográfico)



O presidente da República, general **Carmona**, o chefe do Governo, **Vicente de Freitas** e outros membros do governo na inauguração da exposição *Ex-líbris* na Biblioteca Nacional, 1927 (Câmara Municipal de Lisboa. Arquivo Fotográfico)

Nestas circunstâncias, os governos da Ditadura Militar, resultantes em cada momento da relação de forças no seio da nova situação, estiveram longe de reunir qualquer “governo de competências”, se excluirmos desta designação as elites coimbrãs que abasteceram a nova governação de cargos técnicos deixados livres pelos militares (na Justiça, nos Negócios Estrangeiros, nas Finanças) e que, de forma progressiva foram aplicando o programa das direitas nacionalistas e integralistas, não garantindo portanto equidistância e competência “descomprometida”.

De facto, o movimento de 28 de Maio pôs em confronto os reformadores e os reaccionários. A clarificação ocorreu, logo de imediato, nos primeiros dias de Junho de 1926, depois da entrada de **Gomes da Costa** em Lisboa. O antagonismo dos partidos políticos transferia-se para o antagonismo dos

“partidos militares”, sendo que **Mendes Cabeçadas** se apresentava incapaz de defender o seu projecto político reformador, como considerou mais tarde o coronel **Ribeiro de Carvalho**, um ex-ministro da Guerra da República [2].

A reacção a **Mendes Cabeçadas** começou com a nomeação de **Gomes da Costa** para ministro da Guerra, no dia 3 de Junho. À sua volta, uma *entourage* de oficiais reaccionários, tomou por sua conta o desarme das tropas leais a **Mendes Cabeçadas** (no Algarve, em Trás-os-Montes e em Mafra). Daí em diante, tinha cada vez menos força para impedir a tomada de poder por **Sinel de Cordes** e por toda a extrema-direita militar. O golpe definitivo ocorreu depois do Conselho de Ministros de 14 de Junho, onde foi apresentado o “programa de acção” governamental de **Gomes da Costa**, a exigência do preenchimento do cargo de ministro das Finanças pelo **General Sinel de Cordes** e a nomeação de **Gomes da Costa** para a Presidência da República. Era um programa que propunha um reforço dos poderes presidenciais, um sistema presidencialista de governo, uma representação orgânica da nação e uma nova lei eleitoral.



O presidente do Ministério, **Domingos de Oliveira**, e o ministro das Finanças, **Oliveira Salazar**, passando revista às tropas, no Governo Militar de Lisboa (Câmara Municipal de Lisboa. Arquivo Fotográfico)

Para o realizar, Gomes da Costa exigia o contributo de um novo governo em que ele próprio fosse Presidente.

Em 17 de Junho, **Mendes Cabeçadas** era “despedido” por Gomes da Costa sem a menor cerimónia, assinando ele próprio o decreto da sua exoneração. Caíra no terrível desamparo para onde o tinham conduzido o quixotismo e a tibieza. No jornal *A Revolução Nacional*, de apoio a Gomes da Costa, o tenente Pinto Correia escrevia: “ O estado moderno que é preciso construir, não se compadece com as velhas fórmulas liberal-democratas a que se prendem ainda, ao menos na aparência, os amigos do sr. **Cunha Leal**” [3]. De ora em diante, entrava-se na Ditadura Militar e estava na forja a constituição do *Novo Estado*.

[1] O programa saiu a lume n`O *Século* de 14 de Junho de 1926 com a denominação de “Programa retroactivo do 28 de Maio”. Era da autoria do republicano Trindade Coelho mas a substância do modelo de representação pertencia a três monárquicos da Junta Central do Integralismo Lusitano: Hipólito Raposo, Pequito Rebelo e Afonso Lucas.

[2] Ao coronel Ribeiro de Carvalho, um dos que acompanharam Mendes de Cabeçadas de perto, é assacada a seguinte observação sobre o almirante: “ ...quis o nosso infortúnio que a legalidade estivesse encarnada num homem, a quem não falta a audácia para se revoltar, mas que, pela sua incrível abulia e a sua irreparável carência, na fase culminante duma *luta* que ele próprio desencadeara, se revelou, como chefe político e militar, literalmente – um zero”, in Óscar Paxeco, *Os que arrancaram em 28 de Maio*, p. 47.

[3] Cf. *A Revolução Nacional*, 29 de Junho de 1926.

Resistência republicana – o Revirvalho

O golpe de 17 de Junho alterara as condições políticas para as quais a União Liberal Republicana dera o seu contributo. Mendes Cabeçadas, seu representante militar, havia sido afastado e a ULR prosseguia a sua acção político-partidária com as maiores dificuldades. Os efeitos da Ditadura fizeram sentir-se logo de imediato: o jornal *A Noite*, porta-voz do partido, foi silenciado pela censura em 5 de Julho de 1926. E, em 3 de Julho, Cunha Leal o líder da ULR, fora impedido de realizar uma conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa, numa resposta a uma outra produzida, dias antes, por Martinho Nobre de Melo, um arauto e conselheiro político da Ditadura Militar. No entanto, o desfecho desta estratégia negociadora só culminou em 1930, com o embate político de Cunha Leal – a sua grande referência – com o “mago conimbricense” das finanças, a propósito da questão ultramarina.



Revolta de 7 de Fevereiro de 1927, Lisboa

A par desta via de transição pactuada levada a cabo pela oposição liberal, uma outra via, de carácter revolucionário, unia vários sectores da oposição de esquerda, para além do mundo operário e de sectores militares democráticos que muito rapidamente se afastaram da situação criada pelo movimento de 28 de Maio. Durante vários anos, este bloco revolucionário – o Revirvalho -, levou a cabo uma luta sem tréguas contra a Ditadura Militar e o Estado Novo, em actos de resistência e revoltas de rua, das quais a mais importante foi, sem dúvida, a de 3-9 de Fevereiro de 1927, com recontros violentos no Porto e em Lisboa.

Como afirmou Jaime Cortesão [1], um dos líderes, o bloco político que tinha conduzido à Revolta de Fevereiro de 1927 era constituído por “republicanos cuja actividade se tem [tinha] exercido fora da estrita actividade política, da vida partidária”. E acrescentava ainda que dos 150 oficiais presentes na “Revolução do Porto”, só cerca de 10% tinham filiação partidária. O movimento tinha congregado o maior número de escritores e propagandistas, visava restaurar o regime constitucional e constituir “um forte governo nacional, composto por algumas das mais honradas figuras da República”. Era um movimento que se recusava a aceitar o *statu quo ante*, e pretendia regenerar e moralizar a República.



José Domingues dos Santos, na chefia da Revolta de 3 de Fevereiro no Porto. Imagem de barricada.

Na sua constituição, o bloco revolucionário do 3 de Fevereiro tinha predominância dos designados “revolucionários avançados”, com destaque para a Esquerda Democrática de José Domingues dos Santos, para a Acção Republicana de Álvaro de Castro e para os Seareiros, onde na altura se destacavam Jaime Cortesão, Raul Proença e José Rodrigues Miguéis, entre outros. Por terem protagonizado algumas das políticas sociais mais avançadas, os governos de Álvaro de Castro (1923-1924) e de José Domingues dos Santos (1924-1925) puderam gozar de algum apoio do movimento sindical anarco-sindicalista. Por isso mesmo, em Lisboa, e em especial no Porto, são numerosos os elementos civis do movimento sindical revolucionário que participam nos trabalhos da Revolta de Fevereiro de 1927 [2].

É verdade também que o movimento revolucionário de Fevereiro se preocupou em alargar o bloco revolucionário de apoio, na base de uma “Proclamação” que apenas definia um programa político mínimo, centrado sobre a reposição da Constituição e das liberdades públicas. Por isso, no seu Comité Revolucionário – tanto em Lisboa como no Porto – inclui elementos que se haviam desagregado dos “Democráticos” de António Maria da Silva, como o tenente da Armada Agatão Lança, ou mesmo elementos que tinham apoiado na rua o movimento de 28 de Maio de 1926 e que já nesta altura se encontravam desiludidos com a obra da Ditadura.



Revolta da Madeira. Tropas fiéis à Ditadura enviadas para combater a Revolta de 1931 na Madeira.

O movimento reviralista teve novos afloramentos revoltosos na Revolta das Ilhas (Abril de 1931) e no movimento revolucionário de 26 de Agosto de 1931. Destes movimentos resultaram milhares de prisões e deportações para as ilhas atlânticas e para as colónias e a desarticulação de toda a estrutura do estado liberal (política, administrativa, jurídica e judicial). No entanto, a sua resistência manteve-se até pelo menos 1933, ano em que finalmente Salazar pôde apresentar o seu Estado Novo. Os revirialistas mais intransigentes permaneceram no exílio até 1939-1940, regressando ao país após o início da Segunda Guerra e depois de terem acordado baixar bandeiras pela “Declaração de Tours”.

[1] Declarações ao jornal clandestino *A Revolta*, de 21 de Maio de 1927.

[2] Este apoio às Revoltas Republicanas manteve-se, pelo menos até 1928. Nesse ano, durante a designada “Revolta do Castelo”, de 20 de Julho, os Ferroviários, através das suas estruturas sindicais semi-clandestinas, proclamaram a “greve geral revolucionária”, para derrubar “a tirania e a Ditadura”.